

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE DIREITO
MESTRADO EM DIREITO**

GABRIEL DE SOUZA NASCIMENTO

OPEN ACCESS e CREATIVE COMMONS: um estudo de caso de periódicos
científicos internacionais classificados no Qualis/CAPES

JUIZ DE FORA
2021

GABRIEL DE SOUZA NASCIMENTO

OPEN ACCESS e CREATIVE COMMONS: um estudo de caso de periódicos científicos internacionais classificados no Qualis/CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito e Inovação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na área de concentração Direito e Inovação.

Orientador: Marcos Vinício Chein Feres.

JUIZ DE FORA

2021

GABRIEL DE SOUZA NASCIMENTO

OPEN ACCESS e CREATIVE COMMONS: um estudo de caso de periódicos científicos internacionais classificados no Qualis/CAPES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito e Inovação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, na área de concentração Direito e Inovação.

Aprovada em 25 de junho de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos Vinício Chein Feres – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dra. Waleska Marcy Rosa
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Michel Roberto Oliveira de Souza
Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho a quem carrega consigo a
esperança de um futuro em que os abraços
sejam presentes, e que a saudade de quem
amamos fique no passado.

Angela e Lienir, Helena e Cissa, Amanda, Ernane e John: agradeço a vocês que sempre acreditaram em mim e, porque acreditavam, fizeram com que eu pudesse ser.

RESUMO

Esta dissertação analisa as características editoriais dos periódicos internacionais, em formato digital, classificados nos estratos A1 e A2 da área de avaliação Medicina II, de acordo com a classificação do sistema Qualis Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O objetivo do estudo é verificar, empiricamente, a existência de uma ruptura com o modelo patrimonialista e individualista das legislações de direito autoral, a exemplo da Lei 9.610/98, dando sequência a estudos anteriores que apontaram para a existência de um quadro de superação da estrutura tradicional da legislação de direitos autorais, os quais tiveram como objeto de estudo os periódicos nacionais inscritos no sistema de classificação da CAPES. Foi realizada uma análise detalhada de diversos aspectos que pudessem indicar uma adoção pelo acesso aberto (*Open Access*) por parte das revistas, especialmente pela utilização das licenças *Creative Commons*. Indaga-se se existem elementos que indiquem uma ruptura com a estrutura tradicional dos direitos autorais, no sentido de confirmarem a opção pelo acesso aberto. O referencial teórico baseia-se nos conceitos de moralidade da aspiração e moralidade do dever segundo Bankowski (2008). Metodologicamente, optou-se pela realização de um estudo de caso único (YIN, 2001), buscando a aderência ao padrão de replicação defendido por Epstein e King (2013). Os resultados apontaram para a predominância de periódicos híbridos entre as revistas internacionais analisadas, tendo editoras como as principais instituições responsáveis pelos periódicos, bem como a adoção de licenças *Creative Commons* para a publicação na via aberta, além da cobrança recorrente de taxas de processamento (APC), indicando uma ruptura, ainda que moderada, com o modelo tradicional fechado de publicação do conhecimento científico.

Palavras-chave: Direito Autoral. Pesquisa Empírica. *Open Access*. *Creative Commons*. Periódicos Internacionais.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the editorial characteristics of international journals, in digital format, classified in A1 and A2 of the evaluation area Medicine II, according to the classification of the Qualis Periodicals system of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). The aim of the study is to empirically verify the existence of a rupture with the patrimonialist and individualist model of copyright legislation, such as Law 9610/98, following previous studies that pointed to the existence of a framework of overcoming the traditional structure of copyright legislation, which had as study object the national journals enrolled in the classification system of CAPES. A detailed analysis of several aspects that could indicate an adoption of Open Access by the journals was carried out, especially by the use of Creative Commons licenses. The question is whether there are elements that indicate a rupture with the traditional copyright structure, in the sense of confirming the option for open access. The theoretical framework is based on the concepts of the morality of aspiration and the morality of duty according to Bankowski (2008). Methodologically, a single case study (YIN, 2001) was carried out, seeking adherence to the replication pattern advocated by Epstein and King (2013). The results pointed to the predominance of hybrid journals among the international journals analyzed, having publishers as the main institutions responsible for the journals, as well as the adoption of Creative Commons licenses for publication in the open way, in addition to the recurring collection of processing fees (APC), indicating a rupture, albeit moderate, with the traditional closed model of publication of scientific knowledge.

Keywords: Copyright. Empirical Research. Open Access. Creative Commons. International Journals.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APC	<i>Article Processing Charges</i>
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC BY	<i>Attribution</i>
CC BY-NC	<i>Attribution-NonCommercial</i>
CC BY-NC-ND	<i>Attribution-NonCommercial-NoDerivs</i>
CC BY-NC-SA	<i>Attribution-NonCommercial-ShareAlike</i>
CC BY-ND	<i>Attribution-NoDerivs</i>
CC BY-SA	<i>Attribution-ShareAlike</i>
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTC-ES	Conselho Técnico-Científico da Educação Superior
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
LDA	Lei de Direitos Autorais
OA	<i>Open Access</i>
OJS	<i>Open Journal Systems</i>
TRIPS	<i>Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA	12
3	FENÔMENO E CONTEXTO	20
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS	24
4.1	A área de avaliação: Medicina II	29
4.2	Acesso aberto, fechado e revistas híbridas	32
4.3	Taxas de Acesso	38
4.4	<i>Article Processing Charges</i>	40
4.5	Software de Processamento	44
4.6	<i>Copyright e Creative Commons</i>	45
4.7	Instituições Responsáveis e informações complementares	50
5	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
5.1	A terceira via: o hibridismo	55
5.2	Taxas de processamento e instituições responsáveis	57
6	CONCLUSÃO	62
	REFERÊNCIAS	64
	ANEXO A – PLANILHA	69

1 INTRODUÇÃO

A virtualização das publicações científicas, possibilitada pelo surgimento da *internet*, refletiu não apenas nas políticas editoriais dos periódicos responsáveis por esse conteúdo especializado, mas também significaram desafios antes não vivenciados pelas legislações que regulavam o direito autoral sobre as obras intelectuais.

Por um lado, a nova realidade digital, cada vez mais acessível ao público com o passar dos anos, possibilitava uma disseminação do conhecimento sem precedentes, ultrapassando os limites inerentes à publicação física, até então, unânime entre as revistas científicas. Todavia, essa via aberta também veio a exigir uma reinvenção da forma através da qual a propriedade sobre os produtos disponibilizados na rede deveria ser pensada, criando um novo campo de exigências para as legislações autorais.

Dessa forma, o complexo normativo tornou-se assunto de interesse para a realização de diversos estudos, cujos objetivos poderiam ser sintetizados no intuito de investigar a adequação das normas em vista da complexidade da publicação do conhecimento científico. Feres e Oliveira (2019) e Silva (2020), a exemplo, desenvolveram estudos empíricos que foram capazes de identificar uma ruptura dos modelos editoriais adotados pelas revistas científicas nacionais quando confrontados com a estrutura rígida da legislação autoral, utilizando como ponto de partida o banco de dados do Qualis Periódicos, de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Os resultados promissores dos trabalhos anteriores serviram como inspiração para o estudo das características editoriais dos periódicos internacionais constantes no banco de dados, mais especificamente das revistas dos extratos superiores A1 e A2 da área de avaliação Medicina II, que apresentou o maior número de entradas dentro do contexto do Colégio de Ciências da Vida, este que, por sua vez, possuía mais ocorrências entre os colégios do Qualis Periódicos.

Como estratégia metodológica, optou-se pela realização de um estudo de caso único de caráter exploratório (Yin, 2001), possibilitando a identificação das principais características da área de avaliação escolhida. O trabalho também se valeu das regras de inferência de Epstein e King (2013), conferindo especial atenção

à aderência ao padrão de replicação, trazendo, de forma detalhada, todo o caminho da coleta até a sistematização e análise aprofundada dos dados.

Como referencial teórico, valeu-se da análise de Bankowski (2007) acerca da tensão existente entre a idealidade normativa e a complexidade do real, estas representadas, respectivamente, pelas normas de direito autoral e pela necessidade de veiculação do conhecimento científico nos periódicos especializados.

Além da introdução, este trabalho dividiu-se em seis capítulos. Ao longo da seção 2, são tratadas as questões teóricas acerca da metodologia e do referencial teórico a embasar toda a pesquisa. Na seção 3, apresentam-se os motivos e escolhas que levaram ao caso em estudo, contextualizando o leitor acerca dos caminhos percorridos para o desenvolvimento da pesquisa. Por sua vez, a seção 4, subdividida em sete tópicos, apresenta os dados, sintetizados na tabela anexa a esta dissertação. Na seção 5, são analisados os resultados e deduzidas as inferências identificadas, trazendo comparações com os resultados dos estudos que antecederam este trabalho. E, por fim, nas considerações finais, sintetizam-se as principais discussões realizadas ao longo da escrita.

2 ABORDAGEM TEÓRICA E METODOLÓGICA

O esforço metodológico que deu origem aos resultados obtidos neste trabalho encontra-se vinculado ao projeto de pesquisa “Open access e *creative commons*: as contradições entre o sistema de direito autoral e o acesso ao conhecimento”, o qual, por sua vez, é parte integrante do grupo de pesquisa “Argumentação, Direito e Inovação”, cadastrado perante o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹.

O projeto que deu origem aos resultados dessa dissertação tem como objetivo analisar as limitações da Lei 9.610/98, nomeada Lei de Direitos Autorais (LDA), em sua tentativa de regular a complexa realidade de disseminação do conhecimento e de acesso à ciência em uma sociedade cada vez mais informatizada. Para tanto, o trabalho pretende, através de uma análise empírica, coletar as informações constantes no Qualis Periódicos, a fim de obter as respostas almejadas para as questões levantadas.

O Qualis Periódicos, através do qual é realizada a qualificação da publicação dos programas de pós-graduação no país (BARATA, 2016), mantém um banco de dados com a lista de periódicos para os quais houve submissão de artigos científicos por parte dos alunos, professores e pesquisadores associados aos programas de pós-graduação no Brasil, sendo a classificação de responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A avaliação é alvo de reformulações e constantes mudanças por parte do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), órgão responsável por ditar as diretrizes relativas aos critérios de avaliação. De forma mais recente, foram anunciadas mudanças estruturais para o Qualis, como a avaliação através de uma área-mãe para cada revista e a utilização de índices bibliométricos para as áreas de avaliação de forma geral (BRASIL, 2020), alterações essas que darão vida a um novo Qualis. Cabe ressaltar, contudo, que os dados discutidos neste trabalho fazem referência à avaliação quadrienal ocorrida ao longo dos anos de 2013 a 2016, o que será mais bem detalhado adiante, em especial no Capítulo 3.

Os primeiros esforços de sistematização e interpretação das informações constantes no banco de dados do Qualis Periódicos resultaram na elaboração do

¹ Informações cadastrais disponíveis em: <dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7039933105956921>.

artigo científico por Feres e Oliveira (2019), no qual foi possível identificar, para a lista de periódicos disponíveis *on-line* da área de avaliação Direito avaliados em 2015, cujos resultados foram disponibilizados em 2016, uma tendência de ruptura com os padrões proprietários ditados pela LDA. Fazendo uso das regras de inferência de Epstein e King (2013), os autores puderam inferir que os periódicos estudados apresentavam alternativas à rigidez da legislação autoral com vistas à garantia da disseminação de seu conteúdo.

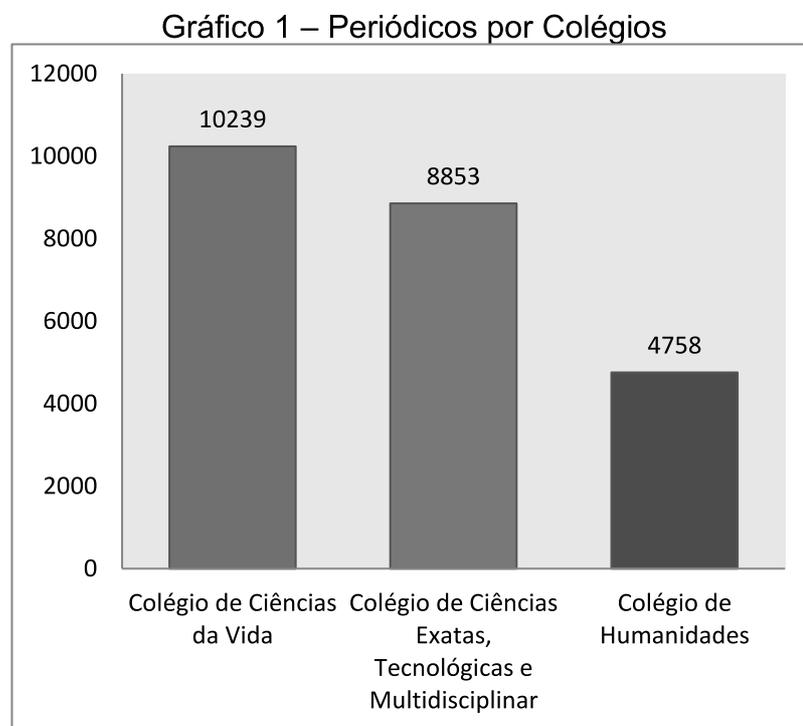
Uma segunda contribuição para a linha de pesquisa encontra-se presente na dissertação de mestrado de SILVA (2020), que teve por objetivo analisar a forma de acesso e licenciamento de todos os periódicos nacionais, em plataforma digital, dos estratos mais elevados do Qualis Periódicos (A1 e A2) para o quadriênio de avaliação 2013-2016. Mediante um estudo de casos múltiplos (YIN, 2001), o trabalho tratou cada colégio do sistema Qualis Periódicos como uma unidade de análise. Ao todo, foram analisados 637 periódicos distribuídos no Colégio de Ciências da Vida, Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e, por fim, Colégio de Humanidades. A hipótese levantada foi confirmada após a coleta dos dados, no sentido de que as políticas editoriais das revistas analisadas acabaram por demonstrar “(...) uma relação tendente à flexibilização da lei de direito autoral (...)” (SILVA, 2020), conclusão harmônica com a do trabalho piloto de Feres e Oliveira (2019).

Uma vez que Silva (2020) teve por base a análise das revistas nacionais do Qualis Periódicos, em plataforma digital, o presente projeto buscou alargar o espectro de dados analisados caminhando rumo ao estudo dos periódicos internacionais listados na base de dados, afinal, ao compreender a pesquisa empírica enquanto empreendimento social, concluímos que “(...) o avanço do conhecimento depende de uma comunidade ativa de acadêmicos trabalhando juntos cooperativa e competitivamente” (EPSTEIN; KING, 2013, p. 57).

Este trabalho manteve sua atenção nos periódicos classificados nos estratos mais elevados do Qualis Periódicos (A1 e A2), à semelhança da opção adotada por Silva (2020), especialmente por duas razões: 1) compõem periódicos com melhor qualidade segundo os critérios qualitativos da plataforma, indicando que estes periódicos possuem análise métricas de maior impacto para o contexto de avaliação da produção dos programas de pós-graduação (BARATA, 2016, p. 17), e 2) devido

às limitações de recursos e de tempo para análise de todos os periódicos existentes no banco de dados, cujo volume tornaria impraticável um estudo em profundidade das informações constantes no grande número de revistas a serem analisadas.

Analisando o banco de dados do Qualis Periódicos, cuja metodologia de coleta será detalhada em tópico próprio, foram observadas 23.850 entradas apenas referentes às revistas dos estratos mais elevados, divididas entre as três grandes áreas do conhecimento, informação está já indicada em Silva (2020, p. 34). O gráfico abaixo demonstra a divisão entre os Colégios de Ciências da Vida, de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar e de Humanidades.



Fonte: elaborado pelo autor.

Levando em consideração que a análise detalhada de todos os periódicos internacionais do banco de dados estaria além das possibilidades do estudo, optou-se pela realização da análise dos periódicos internacionais da área de avaliação com o maior número de entradas, dentro do contexto do Colégio de avaliação com o maior número de entradas, o que levou à escolha do campo Medicina II, com 1081 entradas, pertencente ao Colégio de Ciências da Vida.

Não obstante, ainda que o campo Interdisciplinar possuísse 2127 entradas, este não integrava o Colégio com maior representatividade na coleta realizada.

Aliado a este impedimento metodológico, a falta de identidade dos periódicos constantes na tabela com uma área específica do conhecimento também seria prejudicial aos objetivos da análise que se pretendia realizar neste trabalho, justamente por, potencialmente, minar a existência de um contexto entre os temas debatidos pelas revistas desse conjunto de dados.

Neste sentido, partindo-se dos resultados obtidos anteriormente, esta dissertação orienta-se pela seguinte pergunta de pesquisa: os periódicos internacionais, dos estratos mais elevados (A1 e A2) da área do conhecimento Medicina II, registrados no sistema Qualis/CAPES para o quadriênio 2013-2016, apresentam elementos que indiquem uma ruptura com a estrutura tradicional dos direitos autorais, os quais confirmem a opção pelo acesso livre (Open Access) e pelo uso das licenças *creative commons*?

A coleta e a interpretação dos dados orientaram-se pelo método de estudo de caso único (Yin, 2001). Conseqüentemente, foi realizada uma investigação empírica com o objetivo de identificar as características dos periódicos indicados na área de avaliação Medicina II (fenômeno) que pudessem responder à questão de pesquisa proposta, após o desenvolvimento prévio das questões que permeiam o trabalho (Yin, 2001, p. 32-33), fruto da revisão de literatura e da produção prévia advinda do projeto de pesquisa acima mencionado.

O estudo também apresenta caráter exploratório, o qual pode ser retirado da própria pergunta de pesquisa, cuja intenção é organizar e interpretar o que venha a ser retirado da multiplicidade de variáveis de interesse colhidas dos periódicos internacionais analisados (Yin, 2001, p. 25).

Optou-se pela adoção da estratégia de um estudo de caso único uma vez que, através da análise dos periódicos internacionais de uma área de avaliação, este trabalho pode representar uma introdução a um estudo mais complexo (Yin, 2001, p. 63), fornecendo uma primeira noção acerca dos periódicos internacionais dos estratos mais elevados do Qualis Periódicos, servindo de base para posteriores estudos comparativos e/ou estudos de casos múltiplos, a exemplo do trabalho realizado por Silva (2020) para o cenário dos periódicos nacionais. Dessa forma, ao apresentar proposições específicas para o caso dos periódicos da tabela Medicina II, o presente trabalho respeita os limites exequíveis da investigação em profundidade das revistas que se teve por intenção atingir (Yin, 2001, p. 43).

Feita esta importante ressalva, deve-se manter claro que a análise do caso não permitirá uma generalização estatística, por não haver um procedimento de amostragem.

Amostra, em seu sentido estrito, designa o “resultado de um procedimento visando extrair uma parte de um todo bem determinado” (PIRES, 2008). Contudo, estudos de caso único pretendem conferir base para generalizações teóricas, sendo incorreto considerar que os dados analisados estariam aptos a indicar as características de uma população ou de um universo. Assim, o objetivo deve ser “expandir e generalizar teorias (generalização analítica) e não enumerar frequências (generalização estatística)” (YIN, 2001, p. 29).

Especificamente para esta dissertação, alerta-se que os resultados obtidos pela análise dos dados coletados através da tabela Medicina II não representam, de forma isolada, parâmetro adequado para a realização de inferências acerca de todas as revistas internacionais constantes no Qualis Periódicos. Por outro lado, da forma como se estruturou a metodologia de pesquisa, pretende-se apontar a adequação das teorias acerca dos pontos de questionamento.

Por sua vez, os pressupostos teóricos que orientarão a interpretação dos dados encontram-se nos ensinamentos de Zenon Bankowski (2007) acerca da tensão entre Direito e Amor, conferindo substrato para a compreensão da interação entre o legal e o moral.

Ao buscar compreender a interação entre o legal e o moral em uma determinada realidade, Bankowski avalia a efetividade das normas jurídicas construindo uma noção de legalidade baseada na interação entre autonomia e heteronomia, adotando uma crítica à leitura binária das regras pelo legalismo (BANKOWSKI, 2007, p. 44), uma vez que tal visão retira a capacidade de lidar com o particular, a complexidade do real, ao assumir a existência do indivíduo enquanto sujeito abstrato de direitos (BANKOWSKI, 2007, p. 185), sendo esta a idealidade normativa. A pertinência do pensamento de Bankowski para o projeto está representada pela tensão entre as regras de direito autoral (idealidade normativa) quando confrontadas com a necessidade de disseminação do conhecimento científico (complexidade do real).

A LDA representa o comando normativo abstrato de aplicação imediata para o

tratamento da relação entre o criador e sua obra. Em seu artigo 28², a Lei confere ao autor direitos exclusivos sobre sua criação, reforçando, no artigo seguinte³, a necessidade de autorização prévia para a utilização da obra por quaisquer que forem as formas desejadas.

Os artigos em destaque foram escolhidos para ilustrarem uma das razões pelas quais a estrutura da LDA, e das legislações de direitos autorais em sentido geral, são criticadas. Silva e La Rue (2016, p. 273-274) defendem que a legislação nacional vigente é marcada por uma noção patrimonialista e individualista, que não se coaduna com a função social do direito do autor como princípio constitucionalmente protegido, representando um verdadeiro obstáculo para a nova realidade de disseminação do conhecimento permitida pelo advento da *internet*. A tensão entre disseminação do conhecimento e proteção jurídica dos direitos do autor não é uma exclusividade da legislação brasileira, conforme já apontado. Shavell (2010, p. 53-54) discute a mesma contradição mediante uma análise da questão para o cenário estadunidense, apontando que os direitos autorais (*copyright*), tal como tutelados pela legislação por ele analisada, não cumprem com o objetivo constitucional de promover o progresso da ciência⁴.

Segundo Barbosa (2003, p. 134):

Há um consenso entre os países industrializados de economia de mercado em que a proteção jurídica dos direitos intelectuais deva ser

² Art. 28. Cabe ao autor o direito exclusivo de utilizar, fruir e dispor da obra literária, artística ou científica.

³ Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como: I - a reprodução parcial ou integral; II - a edição; III - a adaptação, o arranjo musical e quaisquer outras transformações; IV - a tradução para qualquer idioma; V - a inclusão em fonograma ou produção audiovisual; VI - a distribuição, quando não intrínseca ao contrato firmado pelo autor com terceiros para uso ou exploração da obra; VII - a distribuição para oferta de obras ou produções mediante cabo, fibra ótica, satélite, ondas ou qualquer outro sistema que permita ao usuário realizar a seleção da obra ou produção para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinados por quem formula a demanda, e nos casos em que o acesso às obras ou produções se faça por qualquer sistema que importe em pagamento pelo usuário; VIII - a utilização, direta ou indireta, da obra literária, artística ou científica, mediante: a) representação, recitação ou declamação; b) execução musical; c) emprego de alto-falante ou de sistemas análogos; d) radiodifusão sonora ou televisiva; e) captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva; f) sonorização ambiental; g) a exibição audiovisual, cinematográfica ou por processo assemelhado; h) emprego de satélites artificiais; i) emprego de sistemas óticos, fios telefônicos ou não, cabos de qualquer tipo e meios de comunicação similares que venham a ser adotados; j) exposição de obras de artes plásticas e figurativas; IX - a inclusão em base de dados, o armazenamento em computador, a microfilmagem e as demais formas de arquivamento do gênero; X - quaisquer outras modalidades de utilização existentes ou que venham a ser inventadas.

⁴ Constituição dos Estados Unidos da América, Art. I, § 8, cl. 8: *To promote the Progress of Science and useful Arts.*

homogeneizada, generalizada para o mundo todo e feita realmente eficaz.

Essa harmonização, nas palavras do autor, culmina em um sistema internacional de proteção da propriedade intelectual em sentido amplo, cujas principais expressões são, em termos jurídicos, a Convenção da União de Paris (BRASIL, 1992), a Convenção de Berna (BRASIL, 1975) e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (BRASIL, 1994), em inglês *Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*, conhecido pela sigla “TRIPS”. A harmonização apontada pode ser considerada como um dos motivos para a proximidade entre as legislações sobre direitos do autor em diferentes países.

Para além da estrutura normativa internacional, que tende à harmonização das disposições nacionais acerca do direito intelectual, Lemos (2005, p. 182) aponta o temor da “pirataria digital”, em vista do avanço tecnológico havido ao longo da última década do século passado, como fator fundamental para o recrudescimento das legislações e da adoção de medidas que levaram à monopolização desses direitos, mediante a edição de diversos instrumentos jurídicos, os quais acabaram por deturpar “(...) a razão própria de existir do direito autoral: incentivar a criação de novas obras, remunerando os autores, e maximizar a circulação das obras na sociedade” (LEMOS, 2005, p. 184).

A razão de existência dos direitos autorais, segundo Souza (2011, p. 665), necessariamente perpassa sua função social, cujo objetivo principal é garantir o acesso ao conhecimento e à informação, como direitos coletivos. Contudo, o próprio autor alerta para o fato de haver um privilégio dos interesses privados nas legislações acerca do direito autoral, o que prejudica a relação entre público e privado (SOUZA, 2001, p. 669).

Ainda sobre o tema do sistema de proteção da produção intelectual, uma importante consideração deve ser feita. Os direitos autorais encontram-se inscritos no ramo do direito de propriedade intelectual, sendo este o campo de estudo responsável por tratar das relações entre a pessoa, sujeito de direitos, e as coisas imateriais. Além do direito do autor, o qual dispõe acerca das relações jurídicas decorrentes da utilização e criação de obras intelectuais (estéticas, literárias e científicas), ao direito de propriedade intelectual também pertence o direito de

propriedade industrial, ou direito industrial, debruçando-se sobre as relações com obras de cunho utilitário, como as patentes e marcas (BITTAR, 2019).

As considerações embrionárias apontadas confirmam a pertinência do marco teórico escolhido, uma vez que a tensão apresentada entre as regras normativas que regulam os direitos autorais, quando confrontadas com a complexa realidade de disseminação do conhecimento científico propiciada pelos constantes avanços tecnológicos no âmbito informacional, podem ser lidos como o embate entre o dever indicado na norma e sua aspiração.

Entendidos os pressupostos metodológicos e teóricos que guiaram a interpretação das informações colhidas por este estudo, no próximo capítulo, é detalhada a metodologia de coleta dos dados, sua organização e a sistematização final das informações obtidas.

3 FENÔMENO E CONTEXTO

O estudo de caso pode ser compreendido como uma estratégia de pesquisa que tem por objetivo uma investigação empírica acerca de um fenômeno contemporâneo inserido em determinado contexto (YIN, 2001, p. 32-33). Dessa forma, para compreender o caso, passamos pela definição tanto do contexto em que este se encontra inserido quanto da unidade de análise, em se tratando de um estudo de caso único.

Os avanços tecnológicos que permitiram a virtualização do conhecimento científico, mais especificamente após o advento da *internet*, impactaram sobremaneira a forma através da qual os periódicos lidavam com suas publicações. Neste novo cenário, qualquer leitor que tivesse acesso à rede de computadores poderia, em teoria, ter acesso ao conteúdo de pesquisas e artigos de forma quase instantânea, superando os limites inerentes à publicação impressa.

Não obstante, além do impacto positivo para a disseminação do conhecimento que a rede mundial de computadores representava, este espaço virtual trouxe como consequência um recrudescimento das legislações que tratavam dos direitos autorais, especialmente na última década do século passado, com forte justificativa na alegada proteção contra a “pirataria digital” (LEMOS, 2005, p. 182). Assim, posto que os direitos autorais tratem tanto da proteção da propriedade intelectual quanto do incentivo à disseminação do trabalho cultural, o aspecto patrimonial e individualista acabou por se impor na interpretação dessas legislações, superando a intenção de promoção da ciência (SILVA; LA RUE, 2016; SHAVELL, 2010).

Aliado a este fato, os periódicos que auferiam receita através de suas publicações físicas acabaram criando modelos de assinatura eletrônica como forma de garantir receita através do novo ambiente virtual, adotando barreiras de acesso (SUBER, 2012, p. 04) ao seu conteúdo, dando forma ao modelo editorial fechado de publicação de seus trabalhos.

Ocorre que, conforme discute Suber (2012, p. 02), os criadores desse conhecimento podem ser caracterizados como profissionais que almejam, antes de proveito econômico, o reconhecimento acadêmico que seus trabalhos e os resultados de suas pesquisas possam atingir. Dessa forma, os limites impostos

pelas legislações autorais, bem como as barreiras de acesso criadas pelos veículos que disseminam este conhecimento para a sociedade, não se demonstram harmônicos com os objetivos primordiais que os próprios autores sempre buscaram com suas contribuições.

A distância entre o propósito de livre acesso ao conhecimento científico e as regras restritivas que regulam os direitos intelectuais sobre essas obras, bem como as barreiras de acesso impostas pelas revistas, são questionadas pela ideologia *Open Access*, cujo objetivo primordial é tornar a produção científica disponível na *internet* com o mínimo de barreiras de permissão e sem barreiras de preço (SUBER, 2012, p. 08).

Além das definições teóricas e documentos que sustentam o movimento de acesso aberto ao conhecimento científico, ferramentas digitais foram criadas como forma de sustentar os objetivos almejados, principalmente com relação ao tratamento das barreiras de permissão. Entre estas, destaca-se o projeto *Creative Commons*, cujas licenças públicas informam aos leitores, sem a necessidade de autorização ou comunicação direta com detentores dos direitos sobre as obras, acerca dos usos permitidos, sem que haja violação aos direitos autorais.

A tensão identificada entre a legislação autoral e o objetivo de uma ciência aberta ganharam a atenção do grupo de pesquisa cujos trabalhos contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação. Ocorre que, para iniciar sua investigação acerca da disparidade entre a idealidade normativa e a complexidade da realidade, era necessário delimitar o objeto de estudo.

Segundo Machado (2017, p. 361), fazer o recorte do caso, indicando suas fronteiras, representa parte considerável do trabalho de construção do objeto de estudo. Neste sentido, considerando todo o contexto e as leituras embrionárias acerca do tema, através da busca por uma fonte de dados que guardasse relevância para a pesquisa, optou-se pelo estudo das informações contidas no Qualis Periódicos, banco de dados que, conforme descrito no capítulo 1, é referência na avaliação da publicação acadêmica dos programas de pós-graduação (BARATA, 2016).

Devido à importância do Qualis Periódicos, este possui um número consideravelmente elevado de informações em seu banco de dados, o que levou à necessidade de um recorte ainda mais preciso por parte dos trabalhos elaborados

pelo projeto de pesquisa.

Feres e Oliveira (2019), a exemplo, delimitaram suas investigações nas revistas nacionais classificadas na área de avaliação Direito, cujos resultados foram publicados no ano de 2016 referentes ao período de 2015. Por sua vez, o estudo de caso elaborado por Silva (2020) teve sua atenção voltada para os periódicos, também nacionais, classificados nos estratos superiores do quadriênio de avaliação 2013-2016.

Uma vez que os dois trabalhos se debruçaram sobre as revistas nacionais, restava cada vez mais patente a busca por respostas acerca das inquietações que motivaram os estudos, mas considerando as publicações internacionais, cujas informações também poderiam ser acessadas através do mesmo banco de dados. Dessa forma, surge o ponto de partida para a delimitação do caso presente neste trabalho.

O caso, segundo Machado (2017, p. 357), “é uma construção intelectual que busca oferecer uma representação de um fenômeno jurídico, em um contexto específico, a partir de um leque amplo de dados e informações”. Considerando o contexto em narrativa neste capítulo, cabe detalhar, neste momento, o fenômeno jurídico que este trabalho buscou investigar, à luz do caso e da unidade de análise.

Após a escolha do cenário internacional de publicação científica presente no Qualis Periódicos, restava a delimitação do objeto de estudo.

Silva (2020, p. 34-37) havia indicado que o Colégio de Ciências da Vida, além de ser aquele com maior expressividade no banco de dados, possuindo o maior número de entradas entre os três Colégios, também demonstrava a maior presença de periódicos internacionais entre as revistas dos estratos A1 e A2.

A análise também serviu para evidenciar que o estudo a ser realizado não dispunha de pessoal, estrutura e tempo para o levantamento manual das informações, de forma aprofundada, acerca de todos os periódicos internacionais, cuja quantidade superava, em muito, o número de entradas investigadas por Silva (2020). Em vista das limitações operacionais, optou-se pela escolha da área de avaliação com o maior número de periódicos dos estratos superiores do Colégio de maior expressividade, resultando na área de avaliação Medicina II, que contava apenas com periódicos internacionais em sua listagem.

Feitas estas considerações, o estudo de caso teria por objetivo avaliar as

características editoriais de publicação científica da área de avaliação Medicina II (unidade de análise) no âmbito internacional, cujos resultados seriam obtidos diretamente dos endereços eletrônicos dos periódicos (subunidades de análise) listados no banco de dados.

Através da investigação, seria possível realizar tanto um quadro comparativo com os resultados e teorias identificados pelos trabalhos anteriores quanto confirmar se a publicação virtual do conhecimento científico apontava para uma ruptura com as características das legislações de direito autoral, no mesmo sentido indicado por Feres e Oliveira (2019) e Silva (2020). Estes foram os principais pontos observados para a elaboração da pergunta de pesquisa descrita no capítulo anterior, que orientou a coleta dos dados sistematizados na tabela anexa a este trabalho.

Neste sentido, busca-se uma generalização analítica das teorias e conclusões obtidas pelos trabalhos anteriores para o cenário internacional, buscando identificar convergências e disparidades para compreender melhor o fenômeno estudado.

Para tanto, no capítulo a seguir é dada atenção à metodologia de coleta bem como à descrição dos dados, em especial às características principais da unidade de análise: a área de avaliação Medicina II.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Para que um trabalho de pesquisa possa ser entendido como um empreendimento social, contribuindo para a compreensão de algum conhecimento, uma das exigências é a aderência ao padrão de replicação, ou seja, outro pesquisador deve conseguir compreender a pesquisa sem a necessidade de informações adicionais (EPSTEIN; KING, 2013, p. 47). Conseqüentemente, o estudo deve fornecer, de forma clara e suficiente, os passos que foram tomados desde a escolha do objeto de pesquisa até a coleta e organização efetiva dos dados.

Permitir a replicação tem por objetivo, primeiro, garantir a autossuficiência do texto na forma escrita, descolando o trabalho produzido de seu autor e possibilitando que os leitores possam compreender e avaliar seu conteúdo (EPSTEIN; KING, 2013, p. 53), além de, em segundo plano, esclarecer de que forma os procedimentos adotados influenciaram os resultados obtidos (EPSTEIN; KING, 2013, p. 56).

Como já indicado no capítulo anterior, este trabalho realizou uma análise das revistas classificadas no Qualis Periódicos, cuja coleta teve início na plataforma Sucupira, disponível no site <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>.

Na plataforma, foi escolhido o campo destinado ao banco de dados do Qualis Periódicos, representado pela imagem “QUALIS”. Ao clicar na opção, aparece uma breve explicação acerca do banco de dados, exigindo-se, ao final, que o internauta indique a leitura dos objetivos da avaliação para poder prosseguir.

Seguindo o *link* de acesso, a página é redirecionada para o banco de dados, oferecendo duas opções de acesso. Foi selecionado o “Qualis Periódicos”, momento em que é apresentado um “Evento de Classificação”. Foi selecionado o mais recente, correspondente ao quadriênio 2013-2016.

A partir da escolha do “Evento de Classificação”, o banco de dados permite o refinamento da busca através dos campos “Área de Avaliação”, “ISSN”, “Título” e “Classificação”. Neste ponto, foram escolhidas, sucessivamente, cada uma das 49 (quarenta e nove) áreas do conhecimento classificadas pela CAPES, realizando o *download* dos arquivos *.xls* gerados pelo sistema.

De acordo com as portarias 194, 195 e 196 (BRASIL, 2019), editadas pela CAPES, as áreas de avaliação representam o último nível de uma subdivisão em

três etapas: dos colégios, das grandes áreas e, por último, das áreas de avaliação. Considerando a informação, após o *download* de todos os arquivos correspondentes às 49 áreas de avaliação, realizado em 05 de junho de 2019, estes foram organizados de forma a indicarem apenas as entradas que correspondiam aos periódicos dos substratos mais elevados (A1 e A2), segundo os critérios de avaliação ainda vigentes⁵. A partir dessa estruturação prévia, foi possível identificar a área de avaliação com o maior número de entradas, no contexto do Colégio com maior representatividade, correspondente à Medicina II. O quadro abaixo ilustra os números de entradas de cada área do conhecimento, e o total para cada colégio, segundo a classificação em três níveis utilizada pela CAPES.

Quadro 1 – Periódicos por Áreas de Avaliação

COLÉGIOS	GRANDES ÁREAS	ÁREAS DE AVALIAÇÃO
Colégio de Ciências da Vida	Ciências Agrárias	Ciência de Alimentos (236)
		Ciências Agrárias I (912)
		Medicina Veterinária (562)
		Zootecnia/Recursos Pesqueiros (305)
	Ciências Biológicas	Biodiversidade (558)
		Ciências Biológicas I (729)
		Ciências Biológicas II (777)
		Ciências Biológicas III (444)
	Ciências da Saúde	Educação Física (514)
		Enfermagem (427)
		Farmácia (631)
		Medicina I (1039)
		Medicina II⁶ (1081)
		Medicina III (450)
		Nutrição (304)
Colégio de Ciências Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar	Ciências Exatas e da Terra	Odontologia (561)
		Saúde Coletiva (709)
		Astronomia / Física (318)
		Ciência da Computação (324)
		Geociências (318)
		Matemática / Probabilidade e Estatística (265)
		Química (486)

⁵ De acordo com a CAPES, o quadriênio 2017-2020, ainda não disponível, será guiado por novos critérios de avaliação, como a criação dos estratos A3 e A4, entre outros, os quais não são considerados nesta pesquisa devido à delimitação temporal já indicada. Para maiores informações, consultar: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

⁶ As principais informações acerca da área do conhecimento Medicina II encontram-se disponíveis em: <<https://uab.capes.gov.br/avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/73-dav/caa1/4678-medicina-ii>>. Acesso em: 20 fev. 2021.

	Engenharias	Engenharias I (456)
		Engenharias II (661)
		Engenharias III (764)
		Engenharias IV (501)
	Multidisciplinar	Biotecnologia (843)
		Ciências Ambientais (1064)
		Ensino (343)
		Interdisciplinar ⁷ (2127)
		Materiais (383)
Colégio de Humanidades	Ciências Humanas	Antropologia / Arqueologia (130)
		Ciência Política e Relações Internacionais (229)
		Ciências da Religião e Teologia (66)
		Educação (501)
		Filosofia (179)
		Geografia (259)
		História (185)
		Psicologia (613)
		Sociologia (210)
		Ciências Sociais Aplicadas
	Arquitetura, Urbanismo e Design (217)	
	Comunicação e Informação (170)	
	Direito (229)	
	Economia (265)	
	Planejamento Urbano e Regional/Demografia (271)	
	Serviço Social (51)	
	Artes (99)	
	Linguística, Letras e Artes	Linguística e Literatura (288)

Fonte: elaborado pelo autor.

A partir da escolha da área de avaliação com o maior número de entradas para os periódicos dos estratos superiores, que relacionasse revistas cuja abordagem estivesse adstrita a um campo de aprendizagem, passou-se à etapa seguinte da coleta, qual seja, da organização e busca das informações dos periódicos que integravam o caso analisado.

A tabela original da área de avaliação Medicina II foi salva em um arquivo .ods⁸ para que a organização e o estudo das informações contidas no documento

⁷ Acerca da área Interdisciplinar, ver Capítulo 2.

⁸ Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1AdSAvT1z5Zxa1PMvKtkzXcFDFJYPRGPF/view?usp=sharing>.

pudessem ser compreendidos futuramente por leitores variados. Originalmente, existiam apenas três colunas, as quais indicavam o *International Standard Serial Number* (ISSN), o título do periódico e seu estrato. No caso, os estratos mantidos foram apenas os considerados superiores (A1 e A2), deletando-se os demais.

Para além das primeiras três colunas, foram acrescentadas outras duas, com as informações do país de origem do periódico e da existência de duplicação das informações. Para melhor compreensão, a imagem abaixo ilustra essa primeira parte do documento.

Captura de tela 1 – Planilha Original

	A	B	C	D	E
	ISSN	Título	Estrato	País	Duplicata
2	1040-2446	ACADEMIC MEDICINE	A2	United States	
3	0360-0300	ACM COMPUTING SURVEYS	A1	United States	
4	1948-7193	ACS CHEMICAL NEUROSCIENCE	A1	United States	
5	1948-5875	ACS MED CHEM LETT	A2	United States	
6	0001-5555	ACTA DERMATO-VENEREOLOGICA	A2	Sweden	
7	0940-5429	ACTA DIABETOLOGICA (PRINT)	A2	Germany	
8	0001-6322	ACTA NEUROPATHOLOGICA	A1	Germany	
9	2051-5960	ACTA NEUROPATHOLOGICA COMMUNICATIONS	A2	United Kingdom	
10	1755-375X	ACTA OPHTHALMOLOGICA (2008: PRINT)	A2	United Kingdom	
11	1748-1708	ACTA PHYSIOLOGICA (PRINT)	A2	United Kingdom	
12	0001-690X	ACTA PSYCHIATRICA SCANDINAVICA	A1	United Kingdom	
13	0965-2140	ADDICTION (ABINGDON: PRINT)	A1	United Kingdom	
14	1355-6215	ADDICTION BIOLOGY (PRINT)	A1	United Kingdom	
15	1072-4109	ADVANCES IN ANATOMIC PATHOLOGY	A2	United States	
16	0002-0729	AGE AND AGEING	A2	United Kingdom	
17	1568-1637	AGEING RESEARCH REVIEWS (PRINT)	A1	Netherlands	
18	1945-4589	AGING (ALBANY)	A1	United States	
19	2152-5250	AGING AND DISEASE	A2	United States	
20	0269-9370	AIDS (LONDON)	A1	United Kingdom	
21	1090-7165	AIDS AND BEHAVIOR	A2	United States	1
22	1573-3254	AIDS AND BEHAVIOR (DORDRECHT: ONLINE)	A2	Netherlands	1
23	1087-2914	AIDS PATIENT CARE AND STDs	A2	United States	
24	0105-4538	ALLERGY (COPENHAGEN)	A1	United Kingdom	2
25	1398-9995	ALLERGY (ONLINE)	A1	United Kingdom	2
26	1552-5260	ALZHEIMER'S & DEMENTIA	A1	United States	
27	2352-8729	ALZHEIMER'S & DEMENTIA: DIAGNOSIS, ASSESSMENT & DISEASE MONITORING	A1	United States	
28	2156-6576	AMERICAN JOURNAL OF CANCER RESEARCH	A2	United States	

Fonte: elaborado pelo autor.

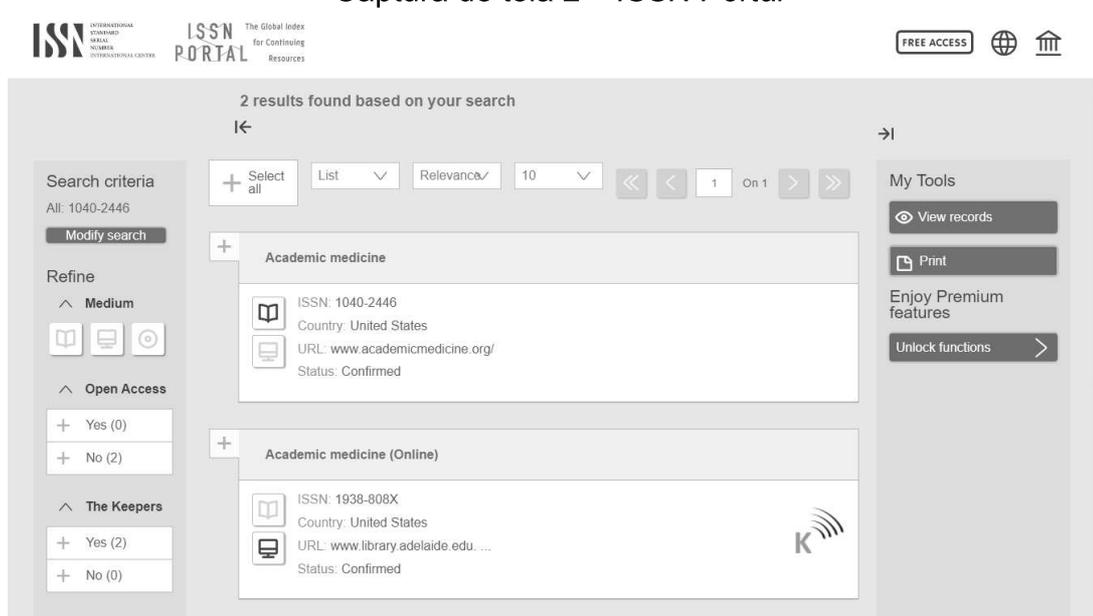
As informações referentes ao país foram retiradas diretamente do *ISSN Portal*⁹. O *International Standard Serial Number* (ISSN) é um código de oito dígitos que tem por objetivo funcionar como um registro único para jornais, revistas e periódicos dos mais diversos tipos, excluindo o risco de ambiguidade para produções de títulos semelhantes, por exemplo. O portal eletrônico permite o acesso a um banco de dados com informações de cada periódico que se elegeu para participar da listagem, sendo que parte dessas informações são disponibilizadas de forma gratuita para os usuários em geral, sob uma licença *Creative Commons* BY-

Acesso em: 27 fev. 2021.

⁹ Disponível em < <https://portal.issn.org/>>. Acesso em: 25 fev. 2021.

NC-SA, possuindo pacotes de assinatura que permitem acesso a dados mais específicos (ISSN, 2020).

Captura de tela 2 – ISSN Portal



Fonte: ISSN (2019).

Por sua vez, conforme apontado por Silva (2020, p. 31), poderiam existir informações em duplicidade na base de dados, quando mais de uma entrada indica o mesmo periódico, seja por divergências mínimas nos caracteres dos títulos, ou mesmo pela existência de mais de um ISSN referente ao mesmo periódico, o que ocorre com revistas que possuem versões impressas e online, as quais devem possuir números normalizados distintos (ISSN, 2020).

Nesta primeira parte do arquivo, das 1081 entradas foram identificados 151 periódicos com duplicações, com até cinco entradas indicando uma única revista (a exemplo da revista *PlosOne*), as quais foram indicadas por uma tarja amarela e um código alfanumérico crescente, possibilitando sua distinção no momento de tratamento dos dados. A coleta do restante das informações foi realizada em uma nova tabela dentro do mesmo arquivo.

Não foram identificados periódicos brasileiros nesta primeira etapa, sendo que, retiradas as duplicações, chegou-se ao total de 902 revistas internacionais.

Passando à segunda parte do arquivo, para além das cinco colunas já indicadas acima, foram acrescentados mais dez campos que organizaram a coleta das informações relativas a cada periódico, a exemplo do que Silva (2020) havia

realizado para as revistas nacionais, quais sejam: F) tipo de acesso; G) taxa de acesso; H) outras taxas; I) software de processamento; J) licença jurídica; L) indica a licença jurídica no arquivo do trabalho; M) instituição responsável; N) data de acesso; O) endereço eletrônico; P) observações.

As duplicações anteriormente identificadas foram indicadas nesta segunda tabela através da junção, na mesma célula da coluna “A”, dos diversos ISSN’s correspondentes aos mesmos periódicos, mantendo a indicação da existência de duplicação na coluna “E”. Por sua vez, voltando ao *ISSN Portal*, as informações dos periódicos necessárias ao preenchimento dos novos campos detalhados acima foram retiradas dos endereços eletrônicos indicados naquele banco de dados. Contudo, nos casos em que não havia o *site* indicado, ou quando o *link* não trazia uma página ativa, optou-se por copiar o título do periódico, conforme indicado na tabela original, prosseguido do termo em inglês “*journal*”, no mecanismo de busca da *Google*¹⁰, considerando o fato de todos os periódicos terem sido listados com títulos na língua estrangeira e pelo fato de alguns títulos de revistas possuírem termo amplamente genéricos, os quais poderiam resultar em *sites* diversos.

Apresentada a metodologia de coleta bem como a tabela final que sintetiza as informações reunidas, resta discutir, de forma específica, as características da área de avaliação objeto deste estudo de caso, assim como detalhar o que se pretendeu buscar com cada campo que integra a tabela final produzida.

4.1 A área de avaliação: Medicina II

Um estudo de caso do tipo exploratório deve se guiar pela resposta a três perguntas principais: o que será explorado, qual é o propósito da exploração e quais serão os critérios pelos quais a exploração será considerada bem-sucedida (YIN, 2001, p. 51).

Para compreender o que será explorado, além da coleta dos dados relacionados às subunidades de análise, estas representadas pelas revistas organizadas no arquivo .ods que acompanha este trabalho, as características gerais da área de avaliação Medicina II possuem indiscutível importância no entendimento do contexto do caso.

¹⁰ Disponível em <<https://www.google.com.br/>>. Acesso em: 01 mar. 2021.

Segundo o relatório final da área Medicina II para o quadriênio 2013-2016, os cursos de pós-graduação relacionados a este campo do conhecimento eram caracterizados pelo estudo dos seguintes temas específicos dentro das diversas especialidades médicas inseridas na grande área “Ciências da Saúde”, quais sejam: 1) Doenças infecciosas e parasitárias/Infectologia/Doenças Tropicais; 2) Patologia; 3) Pediatria e saúde da criança e do adolescente; 4) Psiquiatria/Ciências do Comportamento; 5) Neurologia. Também foi identificado que cursos mais recentes, com menos de dez anos de criação, apresentavam uma atuação abrangente, envolvendo diversos campos das “Ciências da Saúde”. (BRASIL, 2017, p. 04).

Outra característica dos cursos, consolidada ao longo das décadas, foi sua interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, identificada pela presença, cada vez maior, de docentes e discentes não médicos nos respectivos programas (BRASIL, 2016, p. 03).

Ao longo da avaliação ocorrida em 2016, 104 cursos encontravam-se agrupados nesta área do conhecimento, com 15 programas de mestrado profissional e o restante, 89 cursos, estritamente acadêmicos, sendo que, entre estes, 71 ofereciam mestrado e doutorado, 3 disponibilizavam apenas o doutoramento e 15 ofereciam apenas o mestrado. A divisão geográfica dos cursos demonstrava uma predominância da região sudeste do país (BRASIL, 2016, p. 04).

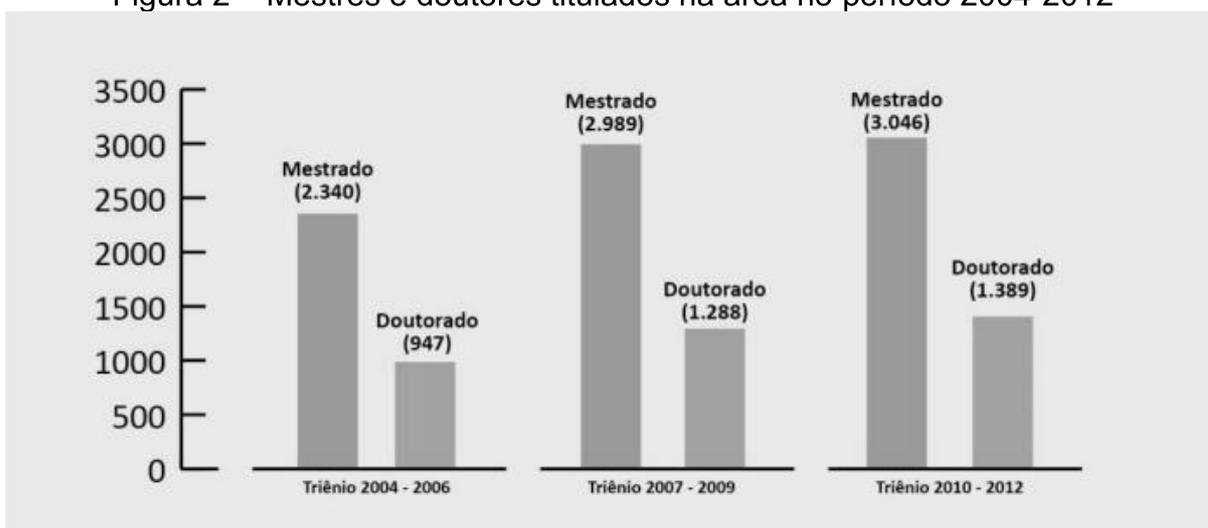
Figura 1 – Distribuição (em %) dos programas nas regiões brasileiras



Fonte: GEOCAPES (2016).

Com relação ao número de defesas e sua relação ao longo do tempo, a área apresentou um crescimento contínuo, tanto no número de dissertações quanto de teses defendidas, quando comparados os triênios de 2004-2006, 2007-2009 e 2010-2012.

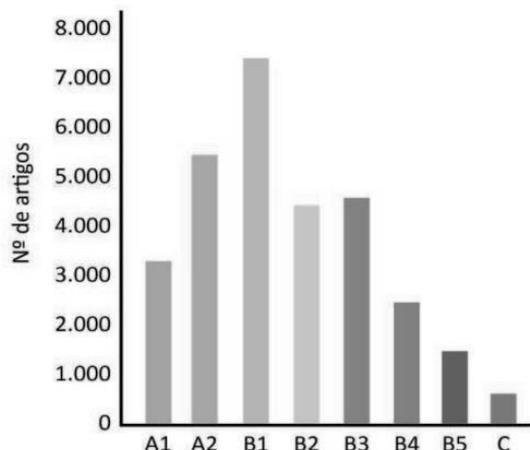
Figura 2 – Mestres e doutores titulados na área no período 2004-2012



Fonte: Relatórios de Avaliação (2016).

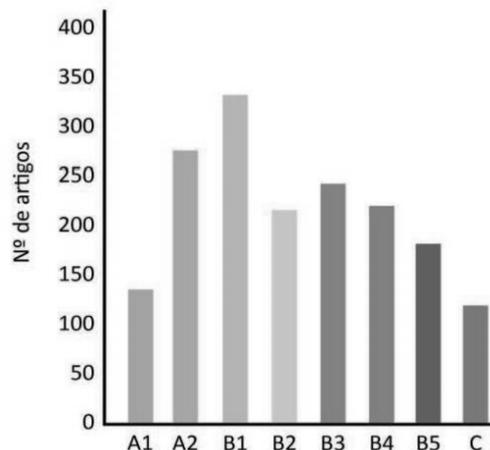
Esse crescimento impactou positivamente na produção acadêmica dos cursos. No quadriênio de avaliação 2013-2016 foram publicados 30.771 artigos científicos. Destes, 29.058 artigos submetidos por programas acadêmicos, sendo que 8.327 encontram-se em revistas dos estratos A1 e A2, representando cerca de 28,65% da produção para este grupo de cursos da área. Por sua vez, os mestrados profissionais atingiram a marca de 1.713 artigos científicos aceitos, entre os quais 404 foram publicados por revistas dos estratos superiores, o que representa 23,58% das submissões, em valores aproximados.

Figura 3 – Número de artigos científicos publicados pelos programas acadêmicos segundo os estratos Qualis.



Fonte: Relatório de Avaliação (2017)

Figura 4 – Número de artigos científicos publicados pelos programas de mestrado profissional segundo os estratos Qualis.



Fonte: Relatório de Avaliação (2017)

Uma das características dos estratos superiores da área Medicina II, observada após o início da coleta dos dados, foi a presença exclusiva de periódicos internacionais. A ausência de revistas nacionais entre as 902 analisadas pode ser compreendida pelo fato de a inserção internacional ser um dos critérios utilizados para medir a excelência dos cursos de pós-graduação da área. A inserção internacional, segundo os critérios de avaliação, foi calculada pela qualidade dos periódicos para os quais a produção dos cursos se direcionava bem como pelo "(...) reconhecimento internacional pelos pares (...)", identificada pelas citações dessas publicações (BRASIL, 2017).

Por se tratar de um estudo de caso único que utiliza unidades incorporadas de análise (YIN, 2001, p. 67), apresentar as características da unidade de análise (área de avaliação Medicina II) ganha relevância na medida em que tais informações servirão como guia para a compreensão e interpretação do conjunto de dados advindos das subunidades de análise (902 revistas internacionais).

No subtópico seguinte, será comentado o tema relacionado às formas de acesso aos periódicos analisados.

4.2 Acesso aberto, fechado e revistas híbridas

Ao longo da coleta dos dados relativos às subunidades de análise, foram

identificados três modelos dominantes adotados pelos periódicos para a disponibilização do conteúdo aceito para publicação: fechado, aberto (*Open Access*) e híbrido.

Com o avanço da tecnologia e a criação de uma rede interconectada de computadores, tornou-se possível a virtualização do conhecimento científico. Esse movimento de migração do mundo físico para a *internet* representou uma nova possibilidade para as revistas que, anteriormente, estavam adstritas à veiculação de periódicos impressos como único meio de disseminação das pesquisas e estudos acadêmicos.

Tradicionalmente, o acesso ao conteúdo científico de alta qualidade sempre esteve atrelado ao modelo fechado de assinatura. Não fosse mediante uma inscrição paga, tal conhecimento apenas era acessado por um grupo restrito de sujeitos vinculados a instituições acadêmicas, estas que, por muitas vezes, possuíam contratos com editoras as quais garantiam a veiculação de um universo de periódicos. Em um primeiro momento, esse modelo de disseminação do conhecimento científico manteve suas características no mundo virtual, mediante assinaturas de conteúdo, agora eletrônicas, conforme mencionado por Björk e Solomon (2015, p. 01).

O modelo editorial fechado das revistas digitais, o qual almeja a maximização da proteção do conteúdo das revistas, é reflexo do recrudescimento da legislação autoral ocorrido na última década do século passado, fator este que, conforme apontado por Lemos (2005), é fruto do temor da “pirataria digital” no contexto da *internet* e da tecnologia digital.

As revistas que optam por este sistema não exigem dos autores taxas para a publicação de seus trabalhos, solicitando, em contrapartida, que estes cedam os direitos autorais patrimoniais sobre seus textos em favor dos periódicos, uma vez que, após a publicação, apenas os assinantes terão acesso ao conteúdo mediante o pagamento de uma assinatura eletrônica. A política da transferência dos direitos sobre a obra é confirmada por Frosio (2014, p. 95-96), o qual indica não haver, por parte dos autores, a intenção de negociarem sua produção acadêmica com o objetivo de conseguirem ganhos econômicos.

Ao cederem seus direitos, os autores buscam periódicos que possam conferir maior prestígio, sendo mais sensível para essa escolha uma boa indexação e alto

fator de impacto (NICHOLAS et al., 2017, p. 215), razão pela qual outros possíveis critérios acabam ficando em segundo plano em suas estratégias de publicação.

Na coleta realizada, foram identificadas 13 revistas que seguiam o modelo editorial fechado. Nestas, confirmando a prática comum para esses tipos de publicação, o acesso às informações era condicionado à contratação de uma taxa de assinatura, sem que, contudo, houvesse a cobrança de valores em face dos autores para que seus artigos fossem publicados.

Por sua vez, foram identificadas 175 revistas que disponibilizam seu conteúdo de forma aberta, sem a cobrança de quaisquer taxas para visualização de suas publicações no ambiente virtual, representando o modelo *Open Access*.

Para compreender a origem do conceito *Open Access*, segundo Suber (2012, p. 07-8), nos guiamos por três declarações públicas: *Budapest Open Access Initiative* (2002), *Bethesda Statement on Open Access Publishing* (2003) e *Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities* (2003). Estes três importantes documentos, pensados por diversos pesquisadores e institutos de várias nações, representam o marco inicial da definição do que seria o acesso aberto ao conhecimento científico, sendo conhecidas como a definição BBB de acesso aberto.

Suber (2012, p. 08) define o tema através dos pontos em comum e centrais das três declarações para entender que a ideia de permitir o acesso aberto seria “disponibilizar a literatura científica *online* sem barreiras de preço e sem a maioria das barreiras de permissão”¹¹.

Assim, permitir o acesso livre ao conhecimento científico não implica, apenas, disponibilizar o conteúdo dos trabalhos de forma gratuita no ambiente virtual. Para cumprir esse objetivo, deve haver uma efetiva redução, ou a total retirada, das barreiras que limitam a reutilização desse conteúdo.

Para compreender a importância dada à redução das barreiras de uso e compartilhamento, destaca-se o fato de que, no geral, as legislações que tratam dos direitos autorais possuem caráter restritivo¹², conforme discutido acima acerca do modelo editorial de publicação fechado. Neste sentido, todo trabalho científico é gerado de acordo com os termos da legislação autoral de seu país, expressa pela

¹¹“(...) make research literature available online without price barriers and without most permission barriers.”

¹² Ver Capítulo 2.

noção “todos os direitos reservados”. Consequentemente, cabe aos proprietários dos direitos sobre as obras definirem, para o público em geral, quais os limites de utilização e compartilhamento da obra, não bastando, para os objetivos de uma ciência de conhecimento aberto, disponibilizar um arquivo gratuito para leitura.

Como forma de especificar com maiores detalhes as faces do acesso aberto, Suber (2012, p. 06) traz uma categorização em quatro subníveis acerca das principais características deste modelo de disseminação do conhecimento, quer dizer, as categorias *Gold*, *Green*, *Libre* e *Gratis Open Access*. As duas primeiras tratam dos veículos utilizados, enquanto as duas últimas lidam com a retirada das barreiras para o acesso. Fala-se de *Gold Open Access* para indicar o modelo de acesso aberto disponibilizado pelos periódicos científicos, enquanto *Green Open Access* indica a utilização de repositórios abertos.

Quando o artigo não exige o pagamento de valores para acesso ao seu conteúdo, constata-se que a barreira de preço foi retirada, o que se enquadra na definição *Gratis Open Access*. Todavia, a mera leitura do conteúdo científico sem o pagamento de valores não basta para os objetivos da ciência de livre alcance, sendo necessário que as barreiras de permissão, as quais impedem que o trabalho possa ser reutilizado das mais diversas formas (tradução, distribuição de cópias, revisão entre outras), também sejam, ao menos, atenuadas. Quando, além da barreira de preço, algum obstáculo relacionado às permissões para utilização do trabalho também é, no mínimo, mitigado, está-se diante do *Libre Open Access*.

Não obstante, as noções de *Gold*, *Green*, *Libre* e *Gratis Open Access* influenciem fortemente as discussões acerca das principais características do acesso aberto, a complexidade do tema levou à criação de diversas subcategorizações pelos mais diversos estudiosos do assunto.

Segundo Martín-Martín *et al* (2018, p. 02), o decorrer do tempo levou à criação de novas caracterizações para descrição das diversas peculiaridades que envolviam o acesso ao conhecimento de forma aberta. Os autores trazem alguns exemplos, como a ressignificação do conceito de *Gold Open Access* (modelo aberto utilizado pelos periódicos) para acrescentar a noção de *Diamond/Platinum*, com o objetivo de indicar os periódicos que não cobram taxas de processamento dos autores, em acréscimo à ausência de taxas para que leitores tenham acesso ao conteúdo. Outra categoria seria dos periódicos que adotam o *Delayed Open Access*,

representado pelas revistas tradicionais, que utilizam o modelo de assinatura paga, com publicações inicialmente fechadas, mas que disponibilizam seu conteúdo após um período de embargo específico. Por *Bronze Open Access* entende-se a situação em que, conquanto os artigos estejam disponíveis gratuitamente na página da editora, não existe uma definição clara acerca de seu licenciamento, ou seja, sobre as possibilidades de reutilização, distribuição e tradução, a exemplo. Fala-se, ainda, em *Black Open Access* para indicar o acesso não autorizado a artigos com acesso pago (possibilitado por páginas como o “Sci-Hub”) além de *Rogue/Robin Hood Open Access* para categorizar a disponibilização de conteúdo científico em bases não institucionais (“Academia.Edu”, “ResearchGate” etc.).

Os próprios autores (MARTÍN-MARTÍN *et al*, 2018, p. 03-06) defendem um novo tipo de categorização do acesso aberto, baseado nas noções de “prestígio, direitos do usuário, estabilidade, imediatismo, revisão por pares e custo”¹³ (MARTÍN-MARTÍN *et al*, 2018, p. 03) de forma dimensionada, permitindo um espectro de detalhes maior do que a utilização dos termos acima indicados. Na proposta apresentada, o acesso ao artigo seria analisado com o auxílio de um esquema gráfico suficiente a identificar todas as peculiaridades mais sensíveis à ideologia *Open Access*.

A diversidade e a profundidade teórica exigida por este tópico justificaria a realização de um trabalho específico apenas sobre este ponto, motivo pelo qual se optou pela indicação do tipo de acesso de forma geral, se fechado ou aberto, à exceção da categoria das revistas híbridas, conforme exposto abaixo.

Apesar desta escolha metodológica, parte considerável das características que as mais diversas categorias de acesso aberto buscam identificar encontram-se na análise do licenciamento dos trabalhos publicados, fator este que foi considerado durante a coletados dados e será discutido, especificadamente, adiante.

Devido à sua peculiaridade, os periódicos classificados como híbridos fizeram parte da coleta como um tipo específico de modelo de acesso. Prosser (2003, p. 164) propõe esse modelo de publicação baseado na experiência do periódico *Florida Entomologist*¹⁴, como uma solução para a transição de periódicos tradicionais, que utilizavam o modelo fechado, para a forma aberta de disseminação do

¹³ “(...) *prestige, user rights, stability, immediacy, peer-review, and cost.*”

¹⁴ Disponível em <<https://journals.flvc.org/flaent/index>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

conhecimento.

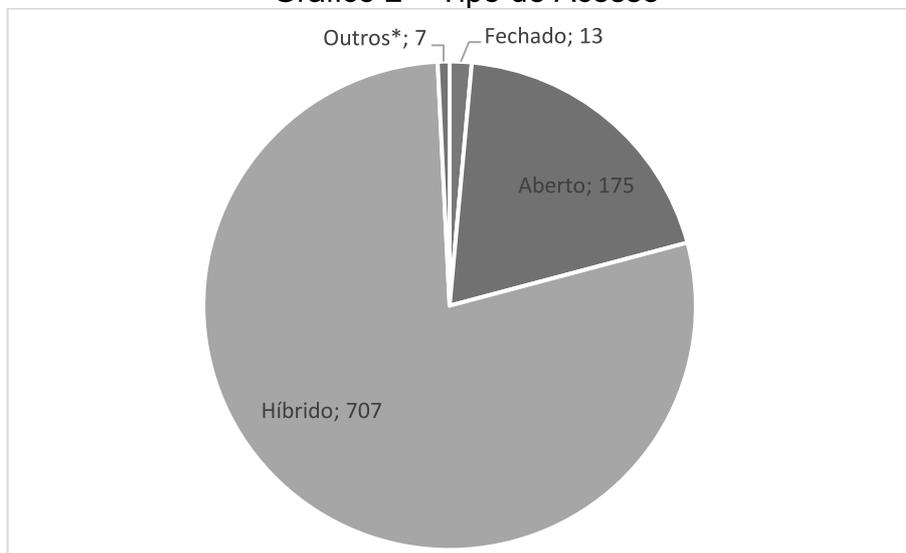
O hibridismo, do ponto de vista editorial, nada mais é do que permitir ao autor a escolha entre: 1) publicar seu artigo da forma tradicional, o qual será disponibilizado aos leitores mediante uma assinatura paga, contudo, sem a necessidade de pagamento de taxas de publicação, ou então 2) optar pela publicação de forma aberta, sem barreiras de preço para os leitores, todavia, mediante o pagamento de uma taxa de publicação pelo autor. O hibridismo une, no mesmo periódico, a possibilidade de se publicar de forma fechada ou de acordo com o modelo *Open Access*.

Em sua proposta, o autor (PROSSER, 2003, p. 166) tratava o hibridismo como um modelo de transição, acreditando que se tratava de uma opção segura para que as revistas adotassem o modelo de acesso aberto de forma definitiva, apesar de admitir que essa mudança de estilo editorial pudesse tomar um período de tempo diverso em cada caso.

Através da avaliação das subunidades de análise, foram indicadas 707 revistas identificadas como híbridas, permitindo a escolha entre a publicação aberta e o modelo tradicional fechado, quantidade expressiva que representa a maior parte das revistas analisadas ao longo do estudo.

O “Gráfico 2 – Tipo de Acesso” tem por objetivo ilustrar o quadro geral de periódicos de acordo com sua distribuição entre revistas fechadas, abertas e híbridas. No esquema gráfico, são indicados mais 7 casos específicos entre os quais não havia informações acerca do acesso ao conteúdo da revista. As razões para a inexistência de dados ocorreram pela descontinuação do periódico (3), por não haver correspondência com o ISSN constante na tabela (3) ou pelo fato de o endereço eletrônico da revista apresentar lacunas na sua estruturação (1).

Gráfico 2 – Tipo de Acesso



Fonte: elaborado pelo autor.

Um dos pontos mais sensíveis à discussão dos modelos de publicação encontra-se nos custos, para leitores, assinantes e autores, relacionados aos trabalhos disponibilizados pelos periódicos, questão analisada nos subtópicos seguintes.

4.3 Taxas de Acesso

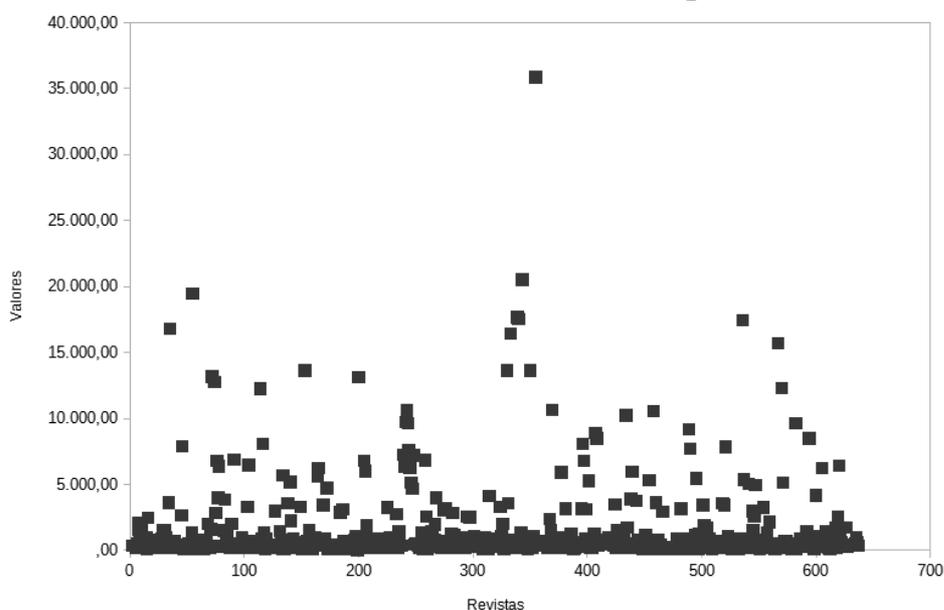
Para o modelo editorial fechado, as taxas de acesso, traduzidas em barreiras de preço pelo movimento *Open Access*, representam o caminho de remuneração através do qual os periódicos tradicionais mantêm suas publicações. No ambiente virtual, essas taxas são representadas por assinaturas eletrônicas. À sua semelhança, os periódicos classificados como híbridos, os quais permitem a opção pelo autor entre a publicação aberta ou fechada, também possuem taxas de acesso ao seu conteúdo protegido por alguma barreira de preço, consoante discutido no subtópico anterior.

Ao longo da coleta, foram identificados 636 periódicos que faziam a cobrança de taxas de acesso, cuja informação constava de forma expressa em seus endereços eletrônicos. Como opção metodológica, e com a finalidade de melhor ilustrar os objetivos da pesquisa, foram reunidos os valores das assinaturas anuais

de acesso individual, para o ano de 2020, das versões eletrônicas das revistas. Contudo, não havendo esta opção, os valores apresentados pelos *sites* foram trazidos para a tabela, a fim de demonstrar a diversidade de dados. Assim, após a organização dos dados na tabela que acompanha este estudo, foram identificados periódicos que apresentavam valores para assinaturas eletrônicas acompanhadas das revistas físicas, apenas para esse tipo de revista ou valores para assinaturas institucionais, cujo acesso deveria ocorrer mediante bibliotecas e/ou órgãos interessados em adquirir a revista para seus membros. No último caso, as revistas não ofereciam assinaturas para usuários individuais.

Os valores, considerados todos os tipos de assinatura, variaram entre \$ 49.00 dólares, para uma assinatura individual, até \$ 35,866.00 dólares, correspondente a uma assinatura institucional, conforme ilustrado no gráfico seguinte.

Gráfico 3 – Taxas de Acesso: visão geral¹⁵



Fonte: elaborado pelo autor.

Todos os periódicos fechados, no total de 13, exigiam assinaturas eletrônicas, em harmonia com sua estrutura editorial. Entre os híbridos, 616 traziam os valores das taxas de acesso de forma expressa, enquanto 7 revistas abertas trouxeram valores de assinatura.

¹⁵ Os periódicos foram enumerados de 1 até 636 como forma de tornar o gráfico inteligível. Além do dólar, foram identificados periódicos cujas assinaturas eletrônicas foram apresentadas em euro e libra-esterlina.

Em um primeiro momento, a informação pode causar estranheza, uma vez que a ideologia aberta pressupõe a inexistência de barreiras de preço. Todavia, dentre estas revistas, 5 cobravam assinatura caso o usuário tivesse a intenção de obter as versões impressas, sendo que o conteúdo em seus *sites* se encontrava disponível de forma gratuita. Por sua vez, os outros 2 periódicos apenas conferiam acesso irrestrito aos artigos científicos publicados, havendo outros conteúdos restritos a assinantes.

Ainda acerca dos casos híbridos, 91 revistas não traziam os valores para suas taxas de assinatura de forma expressa, exigindo que o interessado fizesse contato com a equipe editorial responsável, seja por e-mail, mediante cadastro no *site* ou pelos canais informados em seus endereços eletrônicos. Com relação a estes casos, considerando que a coleta objetiva uma análise das informações disponibilizadas pelas revistas em suas páginas da *internet*, optou-se por apenas indicar a informação, confirmando que as taxas de assinatura seriam cobradas, mas que os valores dependiam de um contato direto com os responsáveis pelas revistas.

Por fim, 168 periódicos não possuíam barreiras de preço para acesso ao seu conteúdo digital, todos estes relativos a revistas *Open Access*.

As taxas de assinatura, ou barreiras de preço, são apenas um dos elementos financeiros sensíveis ao tema. A disseminação da ideologia do acesso aberto trouxe consigo uma cultura do uso das taxas de processamento por parte das revistas, cujos resultados da coleta em análise são apresentados a seguir.

4.4 Article Processing Charges

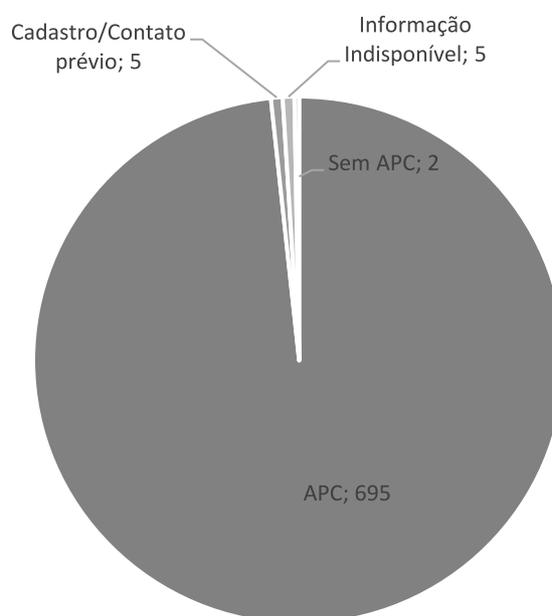
Enquanto as assinaturas eletrônicas representam barreiras de preço a serem pagas pelos leitores/instituições que objetivam acesso ao conteúdo dos periódicos, as taxas de processamento são direcionadas aos autores que submetem seus artigos para avaliação e publicação. Enquanto no modelo editorial fechado o acesso era permitido apenas aos assinantes, o crescimento da via gratuita trouxe consigo um aumento da utilização de taxas de processamento como forma de sustentar a nova forma de disseminação da produção científica pelas revistas (KHOO, 2019, p. 02).

A expressão em inglês *Article Processing Charges* (APC) é amplamente

utilizada para representar as mais diversas formas de cobrança de valores por parte dos autores para publicação em periódicos, seja diretamente das pessoas físicas, seja das instituições que financiam estudos científicos. Ao longo da coleta, foram identificados três diferentes tipos de APC: 1) taxas de submissão, cobradas dos autores no momento de envio do artigo, antes da avaliação por pares; 2) taxas de editoração, relativas ao tratamento de elementos gráficos porventura existentes; 3) taxas de publicação, exigidas apenas em caso de aceitação do trabalho pelo periódico.

As revistas fechadas pesquisadas não exigiam o pagamento de taxas de processamento pelos autores. Por outro lado, das 707 revistas híbridas classificadas, 695 indicavam, de forma expressa, a cobrança de algum tipo de APC. Os treze periódicos restantes subdividiam-se entre aqueles que exigiam um contato/cadastro prévio para acesso a valores (5), não possuíam tal informação em seus endereços eletrônicos (5), sendo que 2 revistas, apesar de híbridas, não cobravam taxas de processamento.

Gráfico 4 – Revistas Híbridas x APC



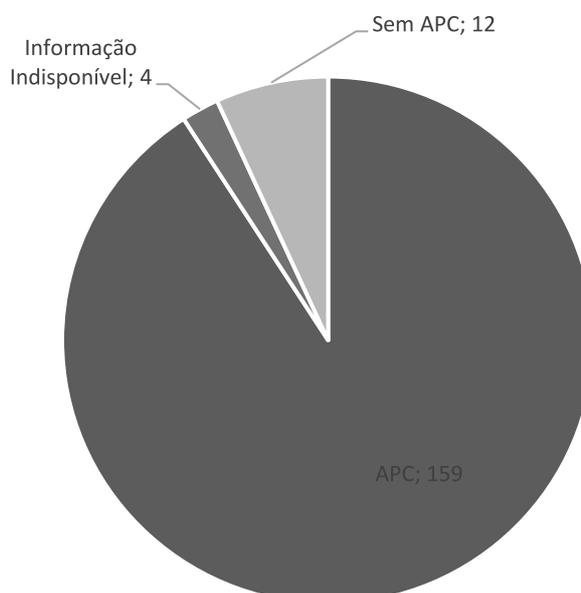
Fonte: elaborado pelo autor.

Os dois casos de revistas híbridas que não cobram taxas de processamento causam estranheza quando confrontados com as definições anteriormente

apresentadas. Contudo, duas observações foram feitas na planilha em anexo. A Revista *European Respiratory Review* deixa claro em seu endereço eletrônico que a cobrança de taxas de publicação ocorrerá a partir de 2021, enquanto o segundo exemplo, relativo ao Periódico *New England Journal Of Medicine*, adota um período de embargo de seis meses, a partir de quando todo o conteúdo é disponibilizado de forma gratuita aos leitores, adotando uma opção editorial que a aproxima de um *Delayed Open Access*¹⁶, mesmo que seja inadequado classificá-la como uma revista aberta por apresentar barreiras de preço mediante assinatura eletrônica, ainda que por um período de tempo reduzido, adequando-se melhor ao tipo híbrido.

Quando analisados os periódicos abertos, no total de 175, apenas 12 não realizavam a cobrança de APC aos autores, enquanto em 4 revistas a informação não estava disponível em seus endereços eletrônicos.

Gráfico 5 – *Open Access* x APC



Fonte: elaborado pelo autor.

Entre as 854 revistas híbridas e abertas que traziam, de forma expressa, a cobrança de taxas de processamento, apenas 3 cobravam valores exclusivamente pela editoração dos artigos, tomando por referência o número de imagens/figuras constantes nos trabalhos, cujos valores por cada elemento visual partiam dos \$

¹⁶ Ver subtópico 3.2.

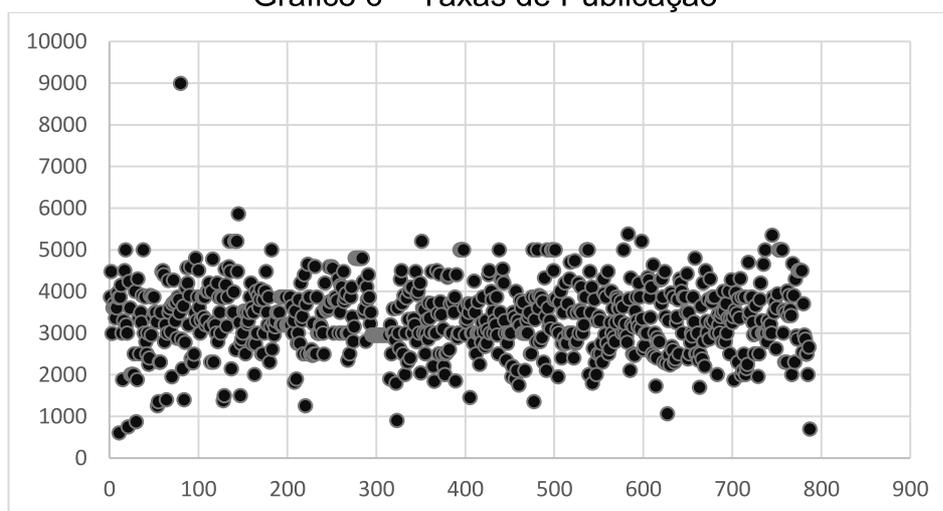
300.00 até os \$ 900.00 dólares.

Por sua vez, 6 periódicos exigiam o pagamento de taxas de submissão com valores que variavam entre \$ 50.00 a \$ 300.00 dólares. Destes, cinco exigiam, concomitantemente, o pagamento de taxas de publicação, mas apenas três traziam os valores de forma expressa, enquanto os dois restantes exigiam um contato prévio para a obtenção da informação. Assim, 3 periódicos traziam, de forma expressa, taxas de submissão e publicação em seus *sites*.

Por fim, as 848 revistas que apresentavam apenas taxas de publicação de forma expressa, considerados os 3 casos anteriores, utilizavam formas variadas para calcular os valores a serem pagos pelos autores. Em sua maioria, em um total de 787, apenas um valor de referência era informado. Contudo, 15 exemplares optavam pela cobrança de valores por cada página do artigo admitido pela revista. Em 10 revistas, eram apresentados valores diversos para membros e não membros, enquanto 36 periódicos apresentavam taxas de acordo com o tipo de licença escolhida pelos autores: quanto mais permissivas, maiores as quantias a serem pagas.

No que tange aos 787 exemplares de revistas que apresentavam valores fixos de taxas de processamento, mais especificamente de publicação, o valor médio cobrado dos autores era de 3355,35¹⁷, em valores absolutos.

Gráfico 6 – Taxas de Publicação



Fonte: elaborado pelo autor.

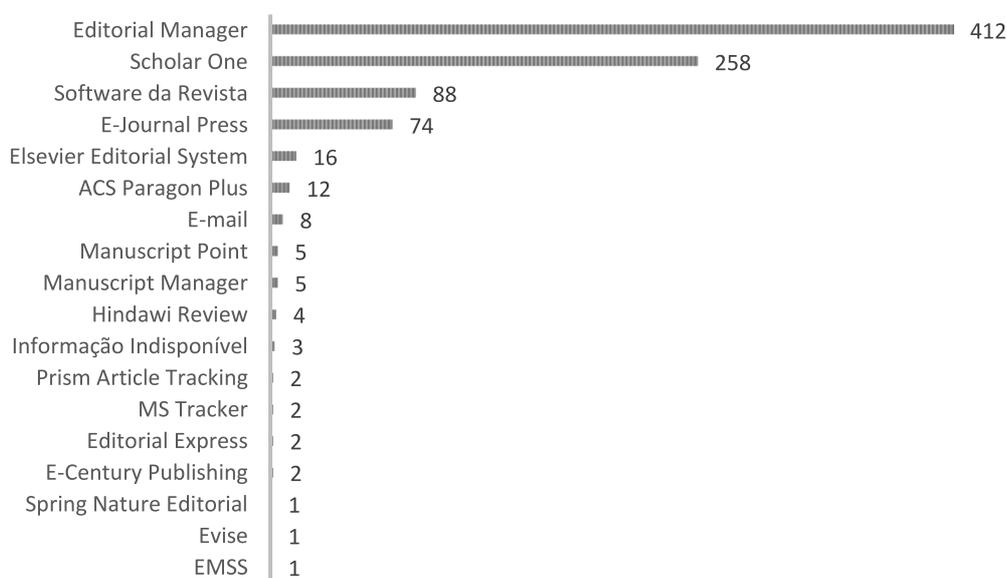
¹⁷ As assinaturas eletrônicas possuíam valores em dólares (755), euro (12), libra esterlina (14) e franco suíço (6). O valor médio desconsiderou o câmbio entre as moedas.

Além do aspecto econômico, o levantamento dos *softwares* utilizados pelos periódicos para possibilitarem todo o trabalho de editoração é dado sensível à pesquisa desde a elaboração dos estudos de caso piloto que inauguraram o projeto de pesquisa que deu origem a esta investigação. Através da análise dos programas, foi possível identificar um número considerável de revistas nacionais que faziam uso do OJS como opção gratuita apta a permitir tanto a redução de custos quanto a disseminação de conhecimento de forma aberta, sem perder a qualidade editorial dos veículos. Os resultados encontrados neste trabalho encontram-se descritos no subtópico seguinte.

4.5 Software de Processamento

O deslocamento das revistas para o ambiente virtual fez surgir a necessidade de aplicações direcionadas à organização do trabalho editorial, desde a submissão até a aceitação e consequente publicação dos textos. Seja por *e-mail*, seja com o auxílio de *softwares* específicos, diversos são os caminhos adotados pelos periódicos para sistematizar o processo de avaliação e divulgação dos artigos científicos. O gráfico abaixo sintetiza os resultados obtidos ao longo da coleta.

Gráfico 7 – *Softwares* de Processamento



Fonte: elaborado pelo autor.

Embora um número expressivo de revistas (88) tenha optado por desenvolver aplicações próprias em seus endereços eletrônicos, a considerável maioria dos periódicos internacionais (744) faz uso de *softwares* pagos em sua editoração: *Editorial Manager*, *Scholar One* ou *E-Journal Press*. Outros exemplos de aplicações pagas (9) aparecem em número reduzido: *Editorial Express*, *Manuscript Manager* e *MS Tracker*.

Quando não faziam uso do *e-mail* (8), os periódicos utilizavam programas privativos das próprias editoras (44), criados por estas para operacionalizar a publicação das revistas sob sua responsabilidade: *ACS Paragon Plus*, *E-CenturyPublishing*, *EMSS*, *Elsevier Editorial System*, *Eviser*, *Hindawi Review*, *Manuscript Point*, *PrismArticle Tracking* e *Spring Nature Editorial*.

Dessa forma, diferentemente dos resultados obtidos por Feres e Oliveira (2019, p. 355) e Silva (2020, p. 48-53.), não foram identificados periódicos que faziam uso de tecnologia aberta e gratuita em seus sistemas editoriais, especialmente da aplicação *Open Journal Systems*¹⁸(OJS), que se apresentou como principal *software* de editoração das revistas nacionais.

Por outro lado, o uso das licenças *Creative Commons* apareceu de forma quase unânime entre os periódicos estudados, consoante apontamentos do subtópico seguinte.

4.6 Copyright e Creative Commons

A relação entre o autor, ou aquele que detém os direitos sobre o trabalho científico, e o leitor é delimitada pelo tipo de licenciamento indicado na obra.

Silveira e Silva (2020, p. 87), definem o termo da seguinte forma:

(...) uma espécie de autorização de uso, na qual o autor permanece com a titularidade dos direitos patrimoniais, permitindo que terceiros façam uso da obra sob determinadas condições expressas no termo de licenciamento, seja a título gratuito ou oneroso.

¹⁸Software livre de gerenciamento e publicação de periódicos científicos, desenvolvido pelo *Public Knowledge Project* (PKP). Para maiores informações: <<https://pkp.sfu.ca/ojs/>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

Ocorre que a proteção conferida à produção intelectual pelas legislações de direito autoral sempre teve por padrão a noção de “todos os direitos reservados” (HIETANEN et al, 2008, p. 103), resultando em um licenciamento restritivo, o qual exige dos detentores dos direitos sobre a obra a permissão para que qualquer forma de utilização por terceiros possa ser realizada.

Toda criação intelectual nasce sob a proteção da legislação autoral de seu país de origem, independentemente de registro para que as regras de proteção restrinjam sua reutilização por terceiros, sendo eventual registro no órgão competente meramente declaratório (SANTOS, 2008, p. 05).

Segundo Suber (2012, p. 70), trabalhos que não fazem uso de licenças abertas e, conseqüentemente, utilizam a proteção padrão dos direitos autorais (*copyright*), acabam por prejudicar a pesquisa científica, uma vez que aqueles interessados em reutilizar do conhecimento transcrito nos trabalhos são obrigados a optar por um dos três caminhos: 1) pedir permissão diretamente ao detentor dos direitos sobre a obra, ficando preso à demora de uma resposta pelos responsáveis; 2) ignorar a necessidade de autorização prévia e assumir os riscos de sua postura; 3) não utilizar aquele trabalho específico pela falta de consentimento.

As licenças abertas foram pensadas para este cenário de virtualização do conhecimento, cujo objetivo é permitir, em certo grau, o *Libre Open Access* (SUBER, 2012, p. 68), mitigando as barreiras de preço e de permissão sobre o conhecimento veiculado pelos periódicos.

Entre as licenças abertas existentes, o projeto *Creative Commons*¹⁹ desponta como aquele com maior abrangência e aceitação pela comunidade acadêmica, fato que pôde ser confirmado pela coleta realizada.

As licenças *Creative Commons* são licenças públicas padronizadas, que permitem ao autor estabelecer, de forma prévia, os direitos concedidos a terceiros, retirando a necessidade de autorização específica para compartilhamento, modificação, acesso e distribuição das obras intelectuais na *internet* (BRANCO; BRITTO, 2013, p. 65). Se a expressão “*all rights reserved*” é utilizada para indicar a proteção legal dos direitos autorais pelas legislações que tratam do tema, o projeto *Creative Commons* parte da noção de “*some rights reserved*”, permitindo um espectro de escolhas entre a reserva de todos os direitos (*copyright*) e a abdicação

¹⁹ Para maiores informações, ver: <<https://creativecommons.org/>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

completa da propriedade sobre a obra, o domínio público (CREATIVE COMMONS, 2021).

As licenças são escritas em três níveis, permitindo sua compreensão por leigos, advogados e computadores. O nível destinado para quem não possui formação jurídica traz a indicação das principais informações e quais as permissões o autor está autorizando através da licença escolhida. Um segundo nível carrega as informações técnicas acerca das implicações jurídicas que envolvem o licenciamento, detalhes estes relevantes perante o ordenamento jurídico. Por último, um terceiro nível se destina à linguagem de máquina, transcrevendo os dados da licença no formato digital, tornando possível que um computador identifique todas as informações de licenciamento da obra (BRANCO; BRITTO, 2013, p. 61).

Em um total de seis, as licenças *Creative Commons* trabalham em graus de permissividade, garantindo que os responsáveis pela produção intelectual delimitem quais direitos serão concedidos sobre as obras, sendo reconhecidos por seus símbolos, começando pela mais permissiva até a mais restritiva: CC BY (Attribution), CC BY-SA (Attribution-ShareAlike), CC BY-NC (Attribution-NonCommercial), CC BY-NC-SA (Attribution-NonCommercial-ShareAlike), CC BY-ND (Attribution-NoDerivs), CC BY-NC-ND (Attribution-NonCommercial-NoDerivs) (CREATIVE COMMONS, 2021).

A sigla “BY” significa que os créditos do trabalho devem ser conferidos ao autor, permitindo, via de consequência quaisquer outros usos, como distribuição, adaptação, uso comercial entre outros. É a forma mais permissiva antes do domínio público e deve ser utilizada nas seis modalidades de licenciamento (CREATIVE COMMONS, 2021).

O termo “SA” impõe que eventuais modificações realizadas no trabalho também sejam licenciadas nos mesmo termos que o trabalho original, mediante a mesma licença (CREATIVE COMMONS, 2021).

Por sua vez, “NC” indica que qualquer que seja o uso que se queira conferir à obra, este não poderá ter como objetivo o fim comercial (CREATIVE COMMONS, 2021).

Por fim, “ND” delimita que o trabalho apenas poderá ser copiado ou distribuído por qualquer meio ou formato sem, contudo, que o conteúdo original sofra qualquer tipo de adaptação. Dessa forma, a combinação entre os termos dá origem aos seis

tipos de licença acima indicadas. Novas combinações não seriam possíveis uma vez que os usos autorizados pelos termos “SA” e “ND” não são compatíveis.

Além das licenças, o projeto possui uma ferramenta específica de dedicação pública para aqueles que desejam colocar seu trabalho no domínio público, chamada de *Creative Commons Public Domain Dedication*, marcada pelo símbolo “CC0” (CREATIVE COMMONS, 2021).

As informações acerca das licenças jurídicas utilizadas pelos periódicos para veicular os trabalhos aceitos para submissão demonstram uma forte presença do uso da tecnologia *Creative Commons*.

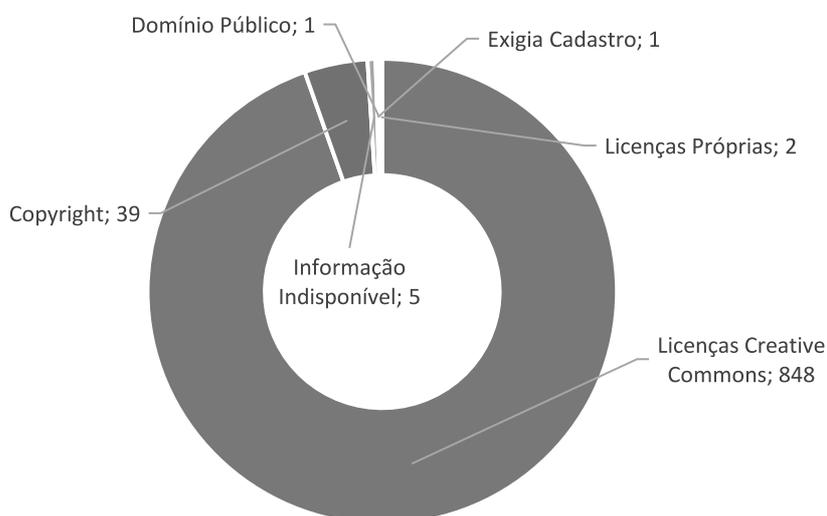
Dos 896 periódicos analisados, desconsideradas as 6 revistas descontinuadas/sem correspondência²⁰, 848 faziam uso de uma, ou mais, licença *Creative Common*. Entre estas, 166 possuíam acesso aberto, enquanto o restante, 682, eram revistas híbridas, adotando o licenciamento tradicional (*copyright*) para seus artigos fechados e disponibilizando opções de licença *Creative Commons* para aqueles autores que optassem pela publicação aberta de suas obras.

Por sua vez, apenas 39 revistas utilizavam o licenciamento legal e restritivo em suas publicações, abarcando todos os periódicos fechados (13), além de 22 casos híbridos e 3 revistas cujo acesso era aberto. Para além destas, a Revista *Clinical Microbiology And Infection* não trazia informações sobre o tipo de acesso (aberto/fechado/híbrido) pelo fato de o site estar em reconstrução.

Ainda acerca do uso de licenças, a revista de acesso aberto *Environmental Health Perspectives* adotava uma posição ainda mais radical: todo seu conteúdo publicado era disponibilizado ao domínio público, deixando de resguardar qualquer direito autoral sobre suas obras. Por sua vez, em 2 periódicos, um híbrido e outro aberto, licenças próprias, que delimitavam as exatas permissões de uso e distribuição dos artigos, eram informadas aos leitores. Os dados encontram-se ilustrativamente resumidos no “Gráfico 8 – Licenças Jurídicas”.

²⁰ Ver subtópico 3.2.

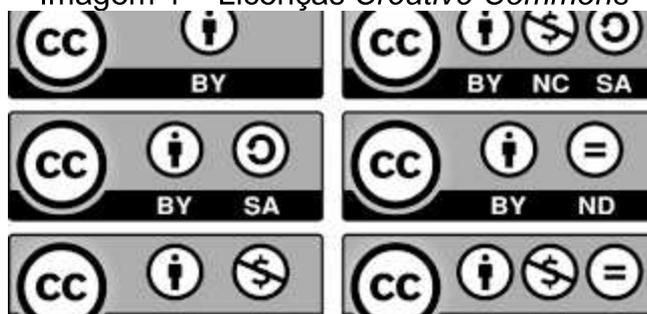
Gráfico 8 – Licenças Jurídicas



Fonte: elaborado pelo autor.

A ilustração também indica que 5 revistas não traziam informações acerca do uso de licenças jurídicas para seus trabalhos, enquanto 1 periódico exigia um cadastro para que as informações fossem acessadas²¹.

Da mesma forma que a proteção legal dos direitos autorais é caracterizada pela existência do símbolo ‘©’ nas obras publicadas, as licenças *Creative Commons* (“cc”) possuem marcas características para cada tipo de licença, tornando simples e inteligível sua identificação pelos leitores.

Imagem 1 – Licenças *Creative Commons*

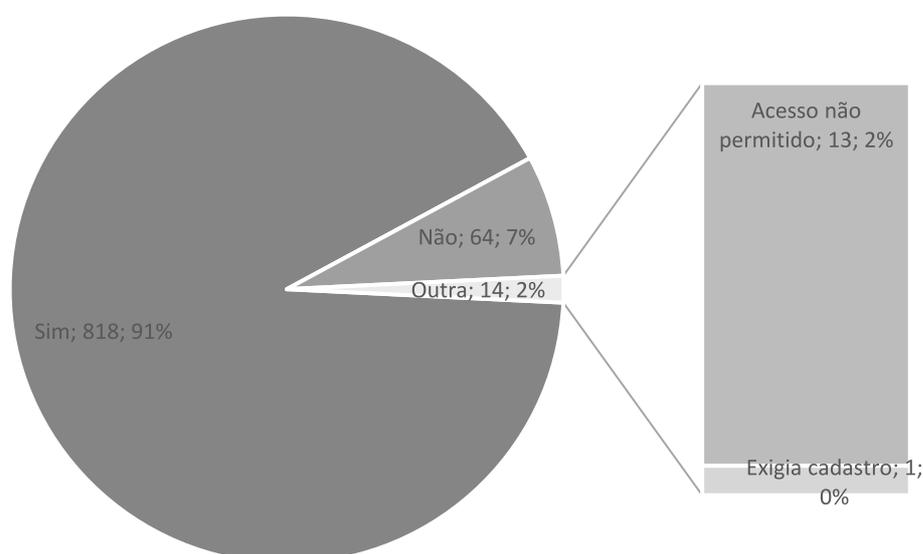
Fonte: Portal de Revistas da Universidade de São Paulo (USP).

²¹ A mera indicação da necessidade de cadastro foi tratada no subtópico 3.3.

Entre as 896 revistas disponíveis para análise, 818 apresentaram a indicação do tipo de licenciamento adotado no corpo de seus trabalhos, englobando periódicos híbridos e abertos, enquanto 64 revistas não traziam qualquer informação.

No caso dos 13 periódicos fechados, a barreira de acesso a todo o conteúdo publicado não permitia o levantamento da informação. Ainda acerca das revistas híbridas, os artigos publicados pela via aberta permitiam a análise da existência de indicação de licença. Neste universo, apenas a revista *JAMA* exigia um cadastro prévio para acesso ao conteúdo publicado.

Gráfico 9– Informação aos Leitores



Fonte: próprio autor.

No subtópico seguinte, são apresentados os resultados das informações colhidas acerca das instituições responsáveis pela manutenção das revistas científicas estudadas ao longo da coleta.

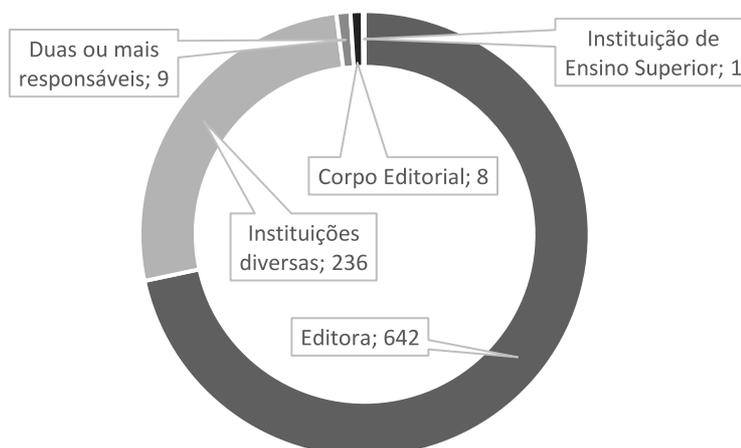
4.7 Instituições Responsáveis e informações complementares

Para permitir uma comparação com os resultados anteriores do projeto de pesquisa no qual o trabalho em discussão encontra-se inserido, foram coletadas as informações acerca das instituições responsáveis pela veiculação de cada um dos periódicos investigados.

Parte considerável das revistas apresentava informações suficientes acerca do órgão responsável pela manutenção do periódico em seus endereços eletrônicos, enquanto algumas apenas indicavam nomes e siglas, exigindo que esse dado fosse coletado para além dos *sites*. Nesses casos, o caminho adotado foi o de copiar o nome da instituição e, através de uma consulta ao mecanismo de pesquisa da *Google*, obter informações nos endereços virtuais de cada instituição, à semelhança do caminho utilizado para busca dos *sites* dos periódicos²².

Os dados trouxeram uma predominância das editoras como responsáveis pela manutenção das revistas no ambiente virtual (642). Por outro lado, apenas a revista *American Journal Of Epidemiology* era mantida por uma instituição de ensino superior propriamente dita, a *Johns Hopkins Bloomberg School of Public Health*, enquanto 236 revistas possuíam organizações, sociedades, fundações ou instituições de caridade como órgãos encarregados de gerir as publicações. Ainda foram identificados 9 casos, entre os quais mais de uma instituição era responsável pela revista, restando 8 periódicos em que a responsabilidade pela gerência da revista era conferida ao próprio corpo editorial.

Gráfico 10 – Instituições Responsáveis



Fonte: próprio autor.

As editoras mais recorrentes entre as identificadas foram a “Elsevier” (231) e a “Springer Nature” (95), representando mais da metade do universo de revistas que possuíam editoras como responsáveis pela manutenção de suas publicações.

Todas as informações indicadas no “Gráfico 10 – Instituições Responsáveis”

²² Ver capítulo 3.

foram sintetizadas na planilha anexa a esta dissertação, em sua coluna “L”.

Os dados foram coletados ao longo dos meses de outubro e novembro de 2020, sendo que eventuais alterações nas informações disponíveis nos *sítes* dos periódicos desde a visita aos respectivos endereços eletrônicos e a publicação dos resultados da análise desses dados podem implicar a divergência dos dados transcritos para a planilha anexa.

Todos os endereços eletrônicos foram indicados, sempre que possível, na coluna “N” do arquivo em anexo, enquanto eventuais observações constam na coluna “O”, descritas sempre que pertinentes ao melhor detalhamento das informações levantadas.

O objetivo deste capítulo, subdividido em tópicos que tratam de forma mais específica e organizada das informações coletadas, foi o de elucidar melhor os resultados obtidos. Dessa forma, no próximo capítulo esses dados são discutidos à luz das teorias e hipóteses que persistem ao longo do projeto de pesquisa, com o auxílio dos trabalhos anteriores produzidos.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Segundo Yin (2001, p. 32-33), o estudo de caso se presta a compreender um fenômeno contemporâneo em seu contexto, valendo-se das proposições teóricas previamente desenvolvidas no momento de analisar os dados.

Neste sentido, após a apresentação dos dados realizada no capítulo anterior, torna-se possível confrontar os resultados preliminares, pormenorizados em subtópicos, com as considerações teóricas produzidas ao longo dos projetos que antecederam a essa coleta, consoante discussões contidas no capítulo 2, permitindo a elaboração de inferências com base nos dados encontrados.

Para Epstein e King (2013, p. 23), um dos objetivos possíveis para uma pesquisa empírica é fazer inferências, processo definido pelos autores como aquele em que se utilizam “(...) os fatos que conhecemos para aprender sobre os fatos que desconhecemos” (EPSTEIN; KING, 2013, p. 36). Dessa forma, além da literatura revisada e dos dados sistematizados na tabela em anexo, os resultados dos trabalhos anteriores possuem relevância para a compreensão do objeto de estudo.

Feres e Oliveira (2019), analisando os periódicos nacionais classificados pelos critérios do Qualis Periódicos para a área de avaliação Direito, realizada no ano de 2015, aduziram existir “(...) um movimento de ruptura com a lógica proprietária por parte dos periódicos dessa área” (FERES; OLIVEIRA, 2019, p. 352), uma vez que, interpretando os dados, puderam observar a adoção majoritária do modelo de acesso aberto, com poucos casos tanto de cobrança de taxas de processamento quanto de revistas cujo acesso era restrito por barreiras de preço, especialmente quando observadas revistas dos estratos superiores (A1 e A2). Identificaram, igualmente, uma forte presença das licenças *Creative Commons* neste grupo específico de periódicos.

Apesar de que ainda pudessem ser identificados casos em que o licenciamento se resumia ao *copyright*, ou que tal informação não era trazida aos leitores, Feres e Oliveira (2019, p. 353) puderam concluir que no ambiente de editoração do conteúdo científico havia uma construção própria do direito autoral, ultrapassando as limitações impostas pela generalidade da legislação de direito autoral. Outro ponto sensível foi a identificação da tendência de utilização do *software* livre OJS pelos corpos editoriais dos periódicos investigados, confirmando a

escolha por um caminho aberto de acesso ao conhecimento. No mesmo sentido, uma forte presença de instituições de ensino superior como responsáveis pela manutenção de parte considerável das revistas foi capaz de confirmar o rompimento com a lógica proprietária do direito autoral através de um “(...) contexto de liberdade acadêmica e de fluxo de conhecimento (...)” (FERES; OLIVEIRA, 2019, p. 357), transcendendo com a lógica de mercado, a qual vincula as obras intelectuais a mercadorias comercializáveis.

Por sua vez, Silva (2020) obteve resultados bastante próximos em sua análise dos periódicos nacionais classificados nos estratos superiores (A1 e A2) do Qualis para o quadriênio de avaliação 2013-2016, defendendo, na esteira do trabalho anterior, ser possível identificar uma “(...) tendência de flexibilização com os padrões restritivos das normas de direitos autorais (...)” (SILVA, 2020, p. 44). O espectro de revistas analisadas apontou para a adoção quase unânime tanto do modelo de acesso aberto, *Open Access*, quanto das licenças *Creative Commons*, em especial na sua forma mais permissiva (CC BY). Também foi possível identificar uma correlação entre o *software* utilizado para a editoração da revista e a cobrança de taxas de processamento, uma vez que o uso do OJS apareceu como a principal alternativa para revistas que não adotavam uma política editorial de cobrança de taxas aos autores, enquanto periódicos que exigiam o pagamento de taxas de processamento tendiam a utilizar programas pagos em seu fluxo editorial (SILVA, 2020, p. 49-53).

Acerca da natureza das instituições responsáveis pelos periódicos analisados, Silva (2020, p. 55) concluiu no sentido de que a cobrança de taxas de processamento estava fortemente conectada ao fato de as instituições responsáveis não serem exclusivamente de ensino, observando, porém, que a maior parte das revistas examinadas tinha por responsável uma instituição de ensino superior.

Partindo-se das proposições teóricas sintetizadas acima, identificadas pelos textos que antecederam esta pesquisa, é possível compreender a área de avaliação Medicina II à luz dos resultados descritos no capítulo anterior, tendo por norte as proposições teóricas do cenário nacional, somadas as contribuições da revisão de literatura que acompanharam esta dissertação (YIN, 2001, p. 133).

5.1 A terceira via: o hibridismo

Observando o licenciamento dos trabalhos publicados, foi possível identificar que as licenças *Creative Commons* apareceram de forma quase unânime entre as revistas analisadas, cujo percentual atingiu 94,01%, aproximadamente, dos periódicos visitados.

O uso das licenças *Creative Commons* pode ser interpretado como uma preocupação dos corpos editoriais com a flexibilização dos limites existentes no licenciamento do conhecimento científico pelas regras tradicionais de direito autoral, uma vez que tais licenças permitem a descrição, de forma prévia, dos direitos de uso e compartilhamento dos trabalhos publicados (BRANCO; BRITTO, 2013, p. 65), características que fogem às legislações de direito autoral, marcadas pela monopolização dos direitos do autor sobre a obra e pelo distanciamento do objetivo de disseminação do conteúdo protegido (LEMOS, 2005, p. 182-184).

Neste sentido, pode-se afirmar que a publicação científica na área de avaliação Medicina II parecer apontar para um cuidado com a aspiração moral do direito autoral, especialmente no que tange à garantia de disseminação do conhecimento, postura esta que, retomando Bankowski (2007, p. 71-74), rompe com o legalismo, representado pelo excessivo rigor ao seguir as regras das legislações de direito autoral.

A inferência baseia-se nas conclusões atingidas por Silva (2020, p. 44), cujo trabalho foi capaz de relacionar a presença das licenças abertas com a tendência de flexibilização.

Todavia, a conclusão não pode ser transportada para esta dissertação sem antes considerar a presença dos periódicos híbridos, cuja presença altera sensivelmente a interpretação dos dados.

Entre os três modelos editoriais identificados ao longo da coleta das informações, a opção híbrida foi aquela com maior expressividade na área de avaliação Medicina II. Aproximadamente 78,38% dos periódicos enquadravam-se nessa categoria, enquanto as revistas fechadas (aproximados 1,44% do total) e aquelas de acesso aberto (aproximados 19,40%) apareciam de forma mais tímida.

A tabela em anexo demonstra o impacto do modelo híbrido principalmente na forma de licenciamento dos trabalhos, uma vez que transfere aos autores a

responsabilidade para escolher o modelo de publicação dos trabalhos. Por esse motivo, uma única revista híbrida poderia oferecer mais de um tipo de licença, além do uso do *copyright* em caso da escolha pela publicação fechada.

Dessa forma, ainda que as licenças *Creative Commons*, de fato, confirmem uma flexibilização das regras de direito autoral, no caso da área de avaliação Medicina II, essa ruptura aparece de forma moderada em consequência da escolha majoritária do modelo editorial híbrido por parte dos periódicos.

Segundo Suber (2012, p. 141-142), periódicos híbridos representam uma escolha de baixo risco, permitindo que as revistas tenham receita tanto através das assinaturas eletrônicas, pelas publicações fechadas, quanto por meio das taxas de processamento comumente exigidas dos autores para publicação aberta. Ademais, conferir dois caminhos de publicação permite que as revistas tenham uma primeira noção acerca da ideologia *Open Access*, possibilitando que estes veículos ganhem experiência com as questões econômicas e com a logística envolvida neste novo tipo de publicação.

Prosser (2003, p. 164) também compreende o modelo editorial híbrido como uma opção de baixo risco para as revistas em seu caminho para o *Open Access*. Em sua concepção, revistas híbridas representam um modelo de transição entre a publicação fechada e o acesso aberto ao conhecimento científico. Neste sentido, revistas híbridas podem ser entendidas como uma evolução em direção à disseminação sem barreiras do conteúdo publicado, exigindo dos autores, contudo, que estes arquem com os custos relacionados ao processo editorial.

Ainda que não seja possível confirmar o aspecto transitório do modelo editorial híbrido através dos resultados desta pesquisa, pode-se entender que a oferta da via aberta aos autores configura uma ruptura com a ideologia exclusivamente fechada.

Neste sentido, em vista dos argumentos trazidos pelos trabalhos anteriores e dos resultados sintetizados na tabela anexa a esta dissertação, pode-se inferir que a área de avaliação analisada carrega como característica a adoção de medidas cujo objetivo é o de superar as limitações do *copyright*, embora o faça mediante a utilização de um modelo editorial intermediário, transferindo aos autores a responsabilidade pela escolha aberta ou fechada dos trabalhos submetidos.

Enquanto o cenário nacional demonstra uma clara opção pelo acesso aberto,

internacionalmente, as revistas parecem ter adotado uma postura menos direta no que tange à publicação aberta, deixando à escolha dos autores a forma de publicação de suas submissões.

Caso a adoção do modelo editorial híbrido represente, de fato, uma opção majoritária para o cenário internacional, significando uma ruptura moderada com as regras de direito autoral para a disseminação do conhecimento científico, outros estudos acerca do assunto deveriam ser capazes de atingir hipóteses semelhantes. Os resultados esperados no mundo real para a validação de uma inferência são classificados por Epstein e King (2013, p. 79) como “implicações observáveis”.

Neste cenário, a presença expressiva das revistas internacionais híbridas também foi identificada por Laakso e Björk (2016), estudo este que serve como implicação observável das conclusões atingidas neste subtópico.

Os autores (LAAKSO; BJÖRK, 2016) desenvolveram um estudo com dados dos anos de 2007-2013 cujos resultados apontaram para um crescimento de mais de dez vezes do número de revistas híbridas ao longo dos anos, acompanhado por um aumento superior a vinte vezes do número de artigos publicados através deste modelo editorial. A análise dos dados também permitiu concluir que as revistas cujo escopo era o campo medicina apresentaram o maior número de artigos publicados pela via híbrida (LAAKSO; BJÖRK, 2016, p. 927), demonstrando harmonia com os resultados obtidos neste trabalho. A coleta foi realizada no banco de dados das maiores editoras de periódicos acadêmicos: *Elsevier, Springer, Wiley-Blackwell, Taylor&Francis, Sage*(LAAKSO; BJÖRK, 2016, p. 923).

A escolha pelo modelo editorial híbrido representa um tratamento diferenciado, por parte das revistas, acerca dos custos e da receita gerada pela publicação dos trabalhos científicos, pontos que também se apresentaram sensíveis na área de avaliação estudada, cuja discussão segue no subtópico seguinte.

5.2 Taxas de processamento e instituições responsáveis

Os resultados da coleta distanciaram-se daqueles atingidos por Feres e Oliveira (2019) e Silva (2020) quando o tema em foco foram as instituições responsáveis pelos periódicos, a cobrança de taxas de processamento e os *softwares* utilizados no processo de editoração.

O cenário nacional, em ambos os estudos pretéritos, indicou uma presença predominante das instituições de ensino superior, sejam públicas sejam privadas, como responsáveis pela veiculação das revistas. Em Silva (2020, p. 54), a exemplo, o percentual atingiu mais de 2/3 do total de periódicos analisados.

A seu turno, a coleta realizada neste estudo demonstrou que a revista *American Journal Of Epidemiology* era o exemplo solitário de periódico mantido por uma instituição de ensino superior. Internacionalmente, de forma diametralmente oposta ao retrato nacional, a presença dominante foi das editoras, responsáveis por um percentual aproximado de 71,18% dos periódicos da área de avaliação.

A distância entre os resultados, no que tange aos órgãos responsáveis pelas revistas investigadas, leva a conclusões sensivelmente opostas quando confrontando o quadro nacional e a realidade internacional da área de avaliação Medicina II.

Ao discorrer sobre os dados de seu trabalho, os quais indicaram que 530 periódicos, dos 870 analisados, estavam vinculados a instituições de ensino superior, Feres e Oliveira (2019, p. 357) pontuaram que tal situação indicava para “(...) um rompimento com a lógica de mercado na qual as obras autorais são concebidas como mercadorias”.

Assumindo a noção utilizada pelos autores, com base nos resultados desta dissertação, pode-se afirmar que foram identificados indícios a confirmarem que as publicações científicas internacionais, da área de avaliação Medicina II do Qualis Periódicos, são disponibilizadas como mercadorias para seu público alvo, superando a noção estritamente pedagógica, de disseminação do seu conteúdo científico.

Servindo como implicação observável à inferência, destaca-se o estudo realizado por Larivière, Haustein e Mongeon (2015). Em sua análise, os autores coletaram informações acerca da publicação científica ao longo dos anos de 1973-2013 das principais editoras mundiais do ramo: *Reed-Elsevier*, *Wiley-Blackwell*, *Springer* e *Taylor & Francis* através da base de dados *Web of Science*, da empresa *Thomson Reuters*. Os resultados demonstraram que após o advento da *internet*, com a conseqüente virtualização das publicações científicas, cerca de metade das revistas é publicada por grandes editoras, incluindo as quatro empresas destacadas anteriormente. O trabalho foi capaz de identificar indícios do que poderia ser classificado como um oligopólio no mercado de publicação científica (LARIVIÈRE;

HAUSTEIN; MONGEON, 2015, p. 11). Tomando por referência a evolução do lucro e da margem de lucro ao longo dos anos de 1991 a 2013 da editora Reed-Elsevier, os autores demonstraram que tanto o lucro quanto a margem atingiram resultados positivos expressivos principalmente ao longo da década de 90, marcada pelo surgimento da internet, condição esta que se consolidou ao longo dos anos. Ocorre que, conforme pontuado pelo trabalho, essa evolução foi vivenciada por todas as outras grandes editoras anteriormente mencionadas, cujas margens de lucro mantiveram-se próximas ao percentual de 30% (LARIVIÈRE; HAUSTEIN; MONGEON, 2015, p. 10).

Aliada à presença marcante das editoras, a cobrança de taxas de processamento pelas revistas aparece como um segundo fator a reforçar a noção de mercado em que as revistas analisadas se encontram inseridas. Em cerca de 94,67% dos periódicos havia a cobrança expressa de alguma taxa de processamento ao longo do processo editorial, seja pela via híbrida seja em revistas com conteúdo aberto.

O percentual expressivo demonstra que a cobrança de taxas de processamento é uma opção editorial atualmente adotada no cenário internacional, o que caminha em sentido diametralmente oposto ao identificado nas revistas nacionais, cujos resultados apontavam para um reduzido número de revistas em que havia a cobrança de APC. Em seu trabalho, entretanto, Silva (2020, p. 55) já havia identificado esta relação diretamente proporcional entre a cobrança de APC e o fato de a responsabilidade do periódico não estar atrelada a uma instituição de ensino.

Os dados reunidos por Silva (2020, p. 54) descreveram uma maior presença de revistas que não realizavam a cobrança de quaisquer valores para a publicação dos artigos submetidos pelos autores, percentual que atingiu aproximadamente 84,66% dos periódicos analisados, sendo que mais da metade dessas revistas era oriunda de instituições de ensino superior públicas. Essa ampla maioria não foi notada, apenas, no Colégio de Ciências da Vida, do qual a área de avaliação Medicina II faz parte, cujos resultados demonstraram que 19 revistas não realizavam a cobrança de APC, enquanto 21 periódicos possuíam políticas editoriais que incluíam valores a serem pagos pelos autores. Estes, por sua vez, encontravam-se divididos entre instituições de ensino superior públicas (11) e outras instituições que não de ensino (10).

Acerca dos valores das APC sistematizados na coluna “H” da tabela em anexo, através do “Gráfico 6 – Taxas de Publicação” foi possível identificar que as taxas de processamento para publicação, presentes em 787 revistas, tinham como média a quantia absoluta de 3355,35²³, montante considerável para veicular a publicação de um único artigo científico em qualquer uma das quatro moedas observadas (dólar, euro, libra esterlina e franco suíço).

O alto valor médio das taxas de publicação guarda relação com as conclusões obtidas por Khoo (2019). Em seu trabalho, o autor pontua que os valores cobrados pelos periódicos para publicação na via aberta tiveram aumentos recentes que superaram a inflação de seus países de origem, sem que isso tenha implicado uma redução dos artigos publicados pelos veículos analisados, indicando que os autores se demonstram mais preocupados com outros fatores do que com os valores das APC cobrados, não sendo este um ponto sensível no momento de escolha do periódico para submissão de suas pesquisas científicas (Khoo, 2019, p. 06-09).

A disparidade entre os resultados da análise dos periódicos nacionais em comparação com a área de avaliação Medicina II se manteve, também, quando examinados os *softwares* de processamento utilizados pelas revistas internacionais.

Feres e Oliveira (2019, p. 355) trouxeram como resultado um percentual de utilização da opção gratuita OJS entre os artigos nacionais analisados de aproximadamente 66,08%, afirmando que esta seria uma implicação observável da ruptura com a lógica proprietária da produção científica.

No mesmo sentido, Silva (2020, p. 49) identificou que cerca de 68,05% das revistas adotavam o programa em suas linhas editoriais, concluindo que periódicos que não cobravam APC demonstravam uma tendência à utilização do *software* gratuito para editoração de seus periódicos (SILVA, 2020, p. 53).

Contudo, não obstante a coleta realizada neste estudo tenha identificado revistas que não realizavam a cobrança de quaisquer valores para que os autores publicassem em seus números, nenhuma das revistas cujas informações encontravam-se disponíveis em seus respectivos endereços eletrônicos apresentava o OJS como programa editorial.

²³ Para maiores esclarecimentos, ver subtópico 3.4.

Conforme detalhado no “Gráfico 7 – Softwares de Processamento”²⁴, além dos casos esparsos de revistas que realizavam o trabalho editorial via *e-mail* (8), o restante fazia uso de algum *software* pago, salvo as situações em que era utilizado um programa da própria revista (88). Entre os *softwares* privados, *Editorial Manager* (412), *Scholar One* (258) e *E-Journal Press* (74) foram os mais recorrentes.

A presença majoritária de *softwares* privados pode ser compreendida como um dos fatores que justificam a cobrança recorrente de taxas de processamento na área de avaliação Medicina II, sendo este o modelo padrão adotado pelas revistas híbridas estudadas. Ademais, os resultados apontam para a mudança moderada que os periódicos analisados assumem acerca da superação do modelo tradicional de publicação do conhecimento científico, demonstrando que alguns aspectos continuam intocados. Entre estes, foi possível concluir que o caráter comercial das publicações científicas no cenário internacional das revistas investigadas é característica comum à maior parte dos trabalhos publicados.

²⁴ Ver subtópico 3.5.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve por objetivo investigar as características editoriais da publicação de conteúdo científico da área de avaliação Medicina II através da análise dos periódicos internacionais listados nos estratos superiores A1 e A2, pertencentes ao sistema Qualis/CAPES, dando continuidade ao projeto de pesquisa ao qual este estudo pertence.

Optou-se pela realização de um estudo de caso do tipo exploratório através do qual foi realizado o exame em profundidade das principais características da área de avaliação, sintetizadas na tabela anexa a esta dissertação. Para tanto, a pergunta de pesquisa tinha por objetivo auxiliar a identificação de elementos que pudessem indicar uma ruptura com a estrutura tradicional dos direitos autorais.

O caminho utilizado para a coleta das informações foi pormenorizado como forma de garantir a aderência ao padrão de replicação, permitindo aos leitores compreender os passos que levaram até as inferências deste estudo. O referencial teórico, por sua vez, buscou discutir a interação entre o legal e o moral, identificando a tensão existente entre o agir de acordo com a lei e o atuar de acordo com a aspiração da norma.

Através de uma revisão de literatura e da comparação com os resultados de estudos anteriores, foi possível concluir que a área de avaliação carrega indícios que apontam para a flexibilização das regras de direito autoral no âmbito da publicação do conhecimento científico, veiculado pelas revistas internacionais examinadas, uma vez que, além dos elementos que possibilitavam a publicação aberta dos trabalhos submetidos, houve predominância na utilização das licenças *Creative Commons*.

Essa superação dos limites próprios à legislação autoral, contudo, não se deu da forma tal qual identificada pelos trabalhos antecedentes. No caso em estudo, houve predominância do modelo híbrido, identificado como uma espécie editorial intermediária, a qual transfere aos autores a escolha pela via aberta ou fechada da publicação dos trabalhos submetidos e os custos advindos da ausência de barreiras de preço sobre o conteúdo publicado.

Ainda que a inferência se aproxime dos resultados atingidos pelos estudos que antecederam esta pesquisa, a análise dos dados demonstrou que, diferentemente do cenário nacional, os periódicos internacionais estão fortemente

inseridos em uma lógica de mercado, o que resulta no tratamento das obras intelectuais por estes publicadas enquanto mercadorias a serem comercializadas, cujo objetivo, além de disseminar o conhecimento, é conferir lucro às editoras responsáveis.

A presença marcante das editoras como responsáveis pela veiculação da maior parte das revistas analisadas veio acompanhada pela recorrente cobrança de taxas de processamento e pela utilização de softwares privados/próprios para a organização do trabalho editorial, características estas não observadas no cenário nacional.

O estudo de caso foi capaz de identificar as características próprias da complexidade do real, demonstrando que a área de avaliação analisada carrega elementos que buscam transpor os limites próprios da legislação autoral, permitindo a disseminação do conhecimento científico na nova realidade inaugurada pela virtualização das publicações dos periódicos. Assim como identificado pelos trabalhos anteriores, a ideologia do acesso aberto e as licenças *Creative Commons* se apresentam como as principais ferramentas para a concretização desse objetivo, de superação das limitações impostas pela idealidade normativa, demonstrando que a publicação científica das revistas contidas no Qualis Periódicos, como um todo, encontra-se permeada por esses elementos.

Todavia, enquanto as análises anteriores trouxeram a forte presença de instituições de ensino superior, a maior presença de revistas abertas, a utilização de *software* de editoração gratuito e os poucos casos de cobrança de taxas de processamento como características dos periódicos nacionais, a área de avaliação examinada neste trabalho demonstrou que as publicações científicas dos periódicos internacionais encontram-se inseridas em uma lógica de mercado, através da qual as publicações científicas são disponibilizadas como mercadorias ao público de interesse, o que se confirmou pela adoção do modelo híbrido e das taxas de processamento de forma predominante, além da presença das editoras enquanto responsáveis pela manutenção das revistas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Otávio. Direito autoral: conceitos essenciais. Manole, 2009. Recurso online ISBN 9788520442791.

BANKOWSKI, Zenon. Vivendo plenamente a lei / Zenon, Bankowski; [tradução Arthur Maria Ferreira Neto, Luiz Reimer Rodrigues Rieffel e Lucas Bortolozzo]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 328 p. – (Série Jurídica).

BARATA, Rita de Cássia B. Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis. RBPG – Revista Brasileira de Pós-Graduação, Brasília, DF, v. 13, n. 30, p. 13-40, jan./abril. 2016. Disponível em <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/947>>. Acesso em: 20 jan 2021.

BARBOSA, Denis Borges. Uma introdução à propriedade intelectual. 2003. Disponível em: <<http://s-inova.ucdb.br/wp-content/uploads/biblioteca/Uma%20Introducao%20a%20Propriedade%20Intelectual.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2021.

BERLIN DECLARATION ON OPEN ACCESS TO KNOWLEDGE IN THE SCIENCES AND HUMANITIES. Berlin Declaration. Berlim, 22outubro 2003. Disponível em: <https://openaccess.mpg.de/67605/berlin_declaration_engl.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BETHESDA STATEMENT ON OPEN ACCESS PUBLISHING. Bethesda Declaration. Bethesda, 20 de junho de 2003. Disponível em: <<https://legacy.earlham.edu/~peters/fos/bethesda.htm#definition>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

BITTAR, Carlos Alberto. Direito de autor. 7. Rio de Janeiro Forense 2019 1 recurso online ISBN 9788530986001. Acesso em: 06 jan 2021.

BJÖRK, Bo-Christer. Scholarly journal publishing in transition-from restricted to open access. ElectronicMarkets, v. 27, n. 2, p. 101-109, 2017. Disponível em <<https://arxiv.org/abs/1912.12646>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BJÖRK, Bo-Christer; SOLOMON, David. Article processing charges in OA journals: relationship between price and quality. Scientometrics, v. 103, n. 2, p. 373-385, 2015. Disponível em <https://helda.helsinki.fi/dhanken/bitstream/handle/123456789/167482/Bjo_rk_Solomon2015postprint.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BRANCO, Sérgio; BRITTO, Walter. O que é Creative Commons? Novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 176 p. (Coleção FGV de Bolso. Direito & Sociedade). Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/11461>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

BRANCO, Sérgio. Direitos autorais na internet e o uso de obras alheias. Lumen

Juris, 2007. Disponível em

<[http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2832#:~:text=Nos%20termos%20estritos%20da%20nossa,implementa%C3%A7%C3%A3o%20no%20"mundo%20virtual".](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2832#:~:text=Nos%20termos%20estritos%20da%20nossa,implementa%C3%A7%C3%A3o%20no%20)>. Acesso em: 09 jan 2021.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9610.htm>. Acesso em: 06 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 635, de 21 de agosto de 1992. Promulga a Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, revista em Estocolmo a 14 de julho de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0635.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994. Promulgo a Ata Final que Incorpora os Resultados da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d1355.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 75.699, de 06 de maio de 1975. Promulga a Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas, de 9 de setembro de 1886, revista em Paris, a 24 de julho de 1971. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75699.htm>. Acesso em: 06 fev. 2021.

BRASIL. Documento de Área (2016). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em:

<https://uab.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/16_MED_2_docarea_2016.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Ofício Circular nº 31/2020-GAB/PR/CAPES, de 24 de julho de 2020. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Disponível em: <http://uploads.capes.gov.br/files/OF_CIRCULAR_31-2020-GAB-PR-CAPES.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Relatório de Avaliação (2017). Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em:

<<https://uab.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/relatorios-finais-quadrilateral-2017/20122017-MEDICINA2-quadrilateral.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2021.

BRASIL. Portaria CAPES nº 194/2019, de 27 de agosto de 2019. Cria o Colégio de Exatas, Tecnológicas e Multidisciplinar, em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=2102#anchor>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Portaria CAPES nº 195/2019, de 27 de agosto de 2019. Cria o Colégio de Humanidades, em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de

2019, e dá outras providências. Disponível em: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=2103#anchor>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BRASIL. Portaria CAPES nº 196/2019, de 27 de agosto de 2019. Cria o Colégio da Vida, em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e dá outras providências. Disponível em: <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=2104#anchor>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOAI). BOAI Declaration. Budapeste, 14 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

COSTA NETTO, José Carlos. Direito autoral no Brasil. 3. São Paulo Saraiva 2018 1 recurso online ISBN 9788553611089.

CREATIVE COMMONS (2021). Sobre as licenças. Disponível em: <https://creativecommons.org/licenses/?lang=pt_BR>. Acesso em: 05 mar. 2021.

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. Pesquisa Empírica em Direito: as regras de inferência. Tradução Fábio Morosini (coord.). São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/11444>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FERES, Marcos Vinício Chein; OLIVEIRA, Jordan Vinícius de. Periódicos da área de Direito: uma abordagem empírica. Revista Direito e Práxis, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 335-62, mar. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n1/2179-8966-rdp-10-1-335.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FROSIO, Giancarlo. Open Access Publishing: A Literature Review. CREATEWorkingPaper 2014/1. Disponível em: <<http://www.create.ac.uk/publications/000011>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

HIETANEN, Herkko et al. The pursuit of efficient copyright licensing: How some rights reserved attempts to solve the problems of all rights reserved. Lappeenranta University of Technology, 2008. Disponível em <<https://lutpub.lut.fi/bitstream/handle/10024/42778/isbn9789522147219.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

ISSN PORTAL. The Global Index for Continuing Resources [online]. 2021. Disponível em: <<https://portal.issn.org/>>. Acesso em: 26 fev. 2021.

KHOO, Shaun Yon-seng. Article Processing Charge Hyperinflation and Price Insensitivity: An Open Access Sequel to the Serials Crisis. LiberQuarterly, [s.l.], v. 29, n. 1, p. 1-18, 9 maio 2019. Disponível em: <<https://www.liberquarterly.eu/article/10.18352/lq.10280/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LAAKSO, Mikael; BJÖRK, Bo-Christer. Hybrid open access—A longitudinal study. Journal of informetrics, v. 10, n. 4, p. 919-932, 2016. Disponível em <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1751157716301523>>. Acesso

em: 19 abr. 2021.

LARIVIÈRE, Vincent; HAUSTEIN, Stefanie; MONGEON, Philippe. The oligopoly of academic publishers in the digital era. *PloSone*, v. 10, n. 6, p. e0127502, 2015.

Disponível em

<[https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502&version=meter+at+null&module=meter-](https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502&version=meter+at+null&module=meter-Links&pgtype=article&contentId=&mediald=&referrer=&priority=true&action=click&contentCollection=meter-links-click)

[Links&pgtype=article&contentId=&mediald=&referrer=&priority=true&action=click&contentCollection=meter-links-click](https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0127502&version=meter+at+null&module=meter-Links&pgtype=article&contentId=&mediald=&referrer=&priority=true&action=click&contentCollection=meter-links-click)>. Acesso em 13 mai. 2021.

LEMO, Ronaldo. Creative Commons, mídia e as transformações recentes do direito da propriedade intelectual. *Revista Direito GV*, São Paulo, vol. 01, nº 01, pp. 181-7, maio 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/2797>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

MACHADO, Máira Rocha. O estudo de caso na pesquisa em direito. In: _____ (Org.). *Pesquisar empiricamente o Direito*. São Paulo: REED, cap. 11, p. 357-89, 2017. Disponível em:

<https://www.academia.edu/35268081/Pesquisar_empiricamente_o_direito>. Acesso em: 1 mai. 2021.

MARTÍN-MARTÍN, Alberto et al. Unbundling Open Access dimensions: a conceptual discussion to reduce terminology inconsistencies. *arXivpreprint arXiv:1806.05029*, 2018. Disponível em <<https://arxiv.org/abs/1806.05029>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

MORAES, RODRIGO. *Os Direitos Morais do Autor: Repersonalizando o Direito Autoral*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NICHOLAS, David et al. Early career researchers and their publishing and authorship practices. *Learned Publishing*, v. 30, n. 3, p. 205-217, 2017. Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/leap.1102>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

PIRES, Álvaro. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. (org.) *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

PROSSER, David C. From here to there: a proposed mechanism for transforming journals from closed to open access. *Learned publishing*, v. 16, n. 3, p. 163-166, 2003.

Disponível em <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1087/095315103322110923>>. Acesso em: 19 mar. 2021.

SANTOS, Manuella Silva dos et al. *Direito autoral na era digital: impactos, controvérsias e possíveis soluções*. 2008. Disponível em <<https://tede.pucsp.br/handle/handle/8112>>. Acesso em: 07 jan 2021.

SHAVELL, Steven. Should copyright of academic works be abolished?. *Journal of Legal Analysis*, v. 2, n. 1, p. 301-358, 2010. Disponível em <<https://academic.oup.com/jla/article/2/1/301/846841?login=true>>. Acesso em: 02 feb.

2021

SILVA, Lorena Abbas da; Direito autoral tradicional versus Creative Commons: uma análise empírica dos periódicos científicos brasileiros no Qualis/CAPES. 2020. 64 f. Dissertação (Mestrado em Direito e Inovação) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11864>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

SILVA, Rosane Leal da; LA RUE, Leticia Almeida de. A reforma da Lei de Direitos Autorais: adaptações ao contexto da sociedade informacional. Revista Jurídica da Presidência, p. 257-278, 2016. Disponível em <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1394>>. Acesso em: 09 jan 2021.

SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. Gestão Editorial de Periódicos Científicos: tendências e boas práticas. 2020. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211560/001115366.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

SILVEIRA, Newton. Propriedade intelectual propriedade industrial, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, título de estabelecimento, abuso de patentes. 6. São Paulo Manole 2018 1 recurso online ISBN 9788520457535. Acesso em: 07 jan 2021.

SOUZA, Carlos Affonso Pereira de. O Domínio Público e a Função Social do Direito Autoral. Liinc em Revista, v.7, n. 2, p. 664-680, set. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3314/2924>>. Acesso em: 06 fev. 2021.

SUBER, Peter. Open Access. Cambridge: The MIT Press, Essential Knowledge Series, 2012. Disponível em: <<https://mitpress.mit.edu/books/open-access>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A – PLANILHA

Disponível em

<<https://drive.google.com/file/d/1AdSAvT1z5Zxa1PMvKTkzXcFDFJYPRGPF/view?usp=sharing>>.